

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL
MESTRADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL
MODALIDADE PROFISSIONAL**

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS DO
NORTE FLUMINENSE: DAS USINAS DE AÇÚCAR AO COMPLEXO
LOGÍSTICO INDUSTRIAL DO PORTO DO AÇU**

LEONARDO RIBEIRO MOÇO PESSANHA

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

2014

LEONARDO RIBEIRO MOÇO PESSANHA

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS DO NORTE
FLUMINENSE: DAS USINAS DE AÇÚCAR AO COMPLEXO LOGÍSTICO
INDUSTRIAL DO PORTO DO AÇU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental, na área de concentração Sustentabilidade Regional, linha de pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. D.Sc. Luiz de Pinedo Quinto Junior

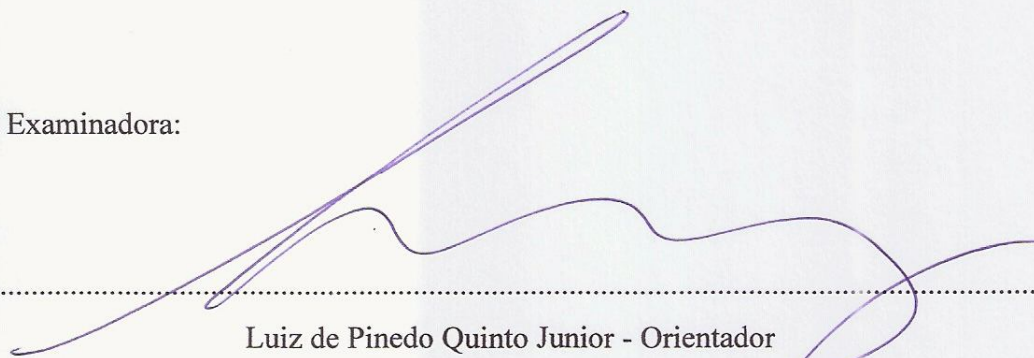
Campos dos Goytacazes/RJ

2014

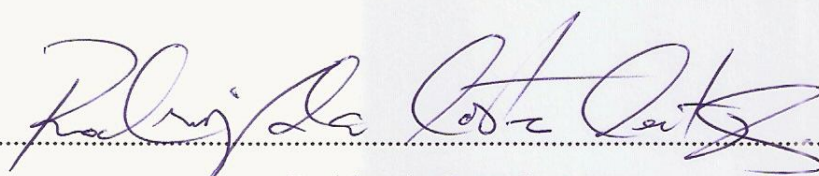
Dissertação intitulada Transformações territoriais e socioambientais do Norte Fluminense: das usinas de açúcar ao Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú, elaborada por Leonardo Ribeiro Moço Pessanha e apresentado publicamente perante a Banca Examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, na área de concentração Sustentabilidade Regional, linha de pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense.

Aprovada em 28/11/2014.....

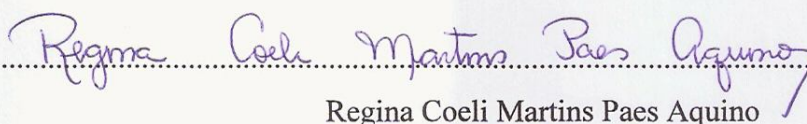
Banca Examinadora:



Luiz de Pinedo Quinto Junior - Orientador
Doutor em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense



Rodrigo da Costa Caetano
Doutor em Geografia - Universidade Federal Fluminense
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Regina Coeli Martins Paes Aquino
Doutora em Engenharia e Ciência dos Materiais - Universidade Estadual do
Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Aos meus pais, Leaniro e Tilma.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir a conclusão de mais uma etapa.

Aos meus pais, Leaniro e Tilma, e a minha irmã Tainá, que me apoiaram incondicionalmente durante esse caminhar.

Aos meus amigos, por não terem desistido de me convidar para sair mesmo após ouvirem tantas vezes a frase: "Não posso ir, tenho que terminar a dissertação".

A Wedson Cabral Pacheco e Silvana Monteiro de Castro pelo apoio durante o processo seletivo do mestrado.

Aos colegas de turma pelos momentos de aprendizagem e diversão, em especial a Kelly Pinheiro dos Santos.

Aos meus alunos do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo e dos Cursos Técnicos em Eletrotécnica e Eletrônica, pelos momentos de descontração.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, por me proporcionar novamente a oportunidade de crescer.

Ao corpo docente do curso pelos conhecimentos adquiridos.

A Luiz de Pinedo Quinto Junior por ter me aceito como orientando e por estar sempre presente e disponível para dar suas contribuições à concretização deste trabalho.

A Regina Coeli Martins Paes Aquino, Rodrigo da Costa Caetano, e Teresa Peixoto Faria, que mesmo tão atarefados aceitaram participar das bancas de avaliação.

A Jorge Luiz Gomes Monteiro pela gentileza de enviar uma cópia de sua pesquisa de mestrado, peça fundamental para finalização desta dissertação.

A Mirian Salih Teixeira, Tadeu Teixeira, Dayana Vilaça, Laís Ferreira, Mariah Toledo, Swellen Mendonça e Wedson Pacheco pelo auxílio na aplicação dos questionários.

Aos moradores da Barra do Açu pela paciência e boa vontade em responder as perguntas, contar suas histórias e contribuir para os produtos deste trabalho.

A todos que de alguma forma incentivaram e colaboraram com esta pesquisa.

RESUMO

As mudanças econômicas ocorridas no Brasil a partir do ano de 2003, estimularam uma nova rodada de investimentos em infraestrutura portuária. A necessidade da exportação de *commodities*, principalmente de minério de ferro, para países em desenvolvimento criou a situação ideal para a implantação de um complexo logístico portuário no Norte Fluminense, sediado no município de São João da Barra. Apesar da construção ser iniciada somente no ano de 2007, a discussão sobre sua viabilidade já vinha ocorrendo desde o final da década de 1990, contando com a participação controversa de agentes públicos e privados. Vários foram os fatores que influenciaram na escolha dessa região, destacando-se entre eles a estrutura fundiária. Sabe-se também, que empreendimentos de tal porte acarretam em uma série de transformações nas dinâmicas existentes. Diante do exposto, propõe-se com este trabalho resgatar e avaliar as transformações territoriais e socioambientais ocorridas na região anteriormente à implantação do complexo portuário, e também aquelas observadas após a consolidação das obras. Para tanto, foram realizadas pesquisas sobre a (re)produção do espaço e as centralidades existentes na Baixada Campista, assim como o resgate do histórico da Barra do Açu e sua relação com a Usina Santo Amaro. Coube à aplicação dos questionários, avaliar as recentes mudanças no entorno do empreendimento. Ao fim da pesquisa verificou-se a importância do declínio do setor sucroalcooleiro para a escolha da região em sediar o novo projeto portuário, assim como a percepção da população local frente às obras de construção do complexo logístico portuário.

Palavras chave: Porto do Açu, Transformações territoriais e socioambientais, Usina Santo Amaro, Barra do Açu.

ABSTRACT

The economic changes in Brazil from 2003, stimulated a new round of investment in port infrastructure. The need for export commodities, especially iron ore, to developing countries created the ideal situation for the implementation of a port logistics complex in the Norte Fluminense, headquartered in São João da Barra. Although the construction be started only in 2007, the discussion about its viability had been occurring since the late 1990s, with the controversial participation of public and private actors. Several factors influencing the choice of this region, standing out among them, the land structure. It is also known that such scale enterprises carry on a series of changes in the existing dynamics. Given the above, it is proposed with this work to rescue and evaluate the territorial and socio-environmental changes occurring in the region prior to the implementation of the port complex, and also those observed after the consolidation of the works. Thus, we conducted research on the (re) production of space and existing centralities in the Baixada Campista, as well as the rescue of Barra do Açu history and the relationship with Plant Santo Amaro. It was left with the interview, evaluate recent changes around the venture. At the end of the study verified the importance of the sugarcane sector decline for choosing the region to host the new port project, as well as the perception of the local population compared the construction of the port logistics complex.

Key words: Açu Port, Territorial and socio-environmental changes, Plant Santo Amaro, Barra do Açu.

LISTA DE FIGURAS

APRESENTAÇÃO

Figura 1 - Localização do município de São João da Barra.....	15.
---	-----

ARTIGO CIENTÍFICO 1

Figura 1 - Aldeias, freguesias, vilas e cidades em Campos dos Goytacazes.....	26.
---	-----

Figura 2 - Mapa das unidades de conservação previstas para a área de influência do empreendimento com a localização do DISJB, ZIPA e RPPN.....	36.
--	-----

ARTIGO CIENTÍFICO 2

Figura 1 - Divisão distrital do município de São João da Barra com indicação dos principais núcleos urbanos.....	49.
--	-----

Figura 2 - Bairro Chatuba, loteamento irregular no núcleo urbano da Sede.....	50.
---	-----

Figura 3 - Processo erosivo em Atafona.....	51.
---	-----

Figura 4 - Ocupação urbana próxima às margens da Lagoa de Grussaí.....	52.
--	-----

Figura 5 - Núcleo urbano de Cajueiro junto à rodovia BR-356.....	53.
--	-----

Figura 6 - Barra do Açú ou Vila do Açú.....	54.
---	-----

Figura 7 - Usina Barcelos.....	54.
--------------------------------	-----

Figura 8 - Casa de pau-a-pique em Marrecas, próximo à Barra do Açú.....	56.
---	-----

Figura 9 - Loteamentos aprovados em Barra do Açú entre 1981 e 1990.....	58.
---	-----

Figura 10 - Localização da fazenda Caruara e entorno.....	62.
---	-----

Figura 11 - Estrutura de capital da Prumo Logística Global.....	63.
---	-----

Figura 12 - Residência construída em área alagadiça aterrada.....	73.
---	-----

Figura 13 - Barra do Açú em janeiro de 2013.....	77.
--	-----

Figura 14 - Barra do Açú em novembro de 2014.....	78.
---	-----

LISTA DE TABELAS

ARTIGO CIENTÍFICO 1

Tabela 1 - Entrevistados empregados na usina.....	39.
Tabela 2 - Pessoas conhecidas empregadas na usina.....	39.
Tabela 3 - Tempo de trabalho na usina.....	39.
Tabela 4 - Período no qual esteve empregado.....	40.
Tabela 5 - Ocupação profissional na usina.....	40.
Tabela 6 - Ocupação após a falência da usina.....	41.
Tabela 7 - Parentes ou amigos residindo em Baixa Grande.....	41.
Tabela 8 - Importância da Usina Santo Amaro para a região.....	41.

ARTIGO CIENTÍFICO 2

Tabela 1 - Sexo dos entrevistados.....	69.
Tabela 2 - Idade dos entrevistados.....	69.
Tabela 3 - Origem dos moradores e frequentadores de Barra do Açu.....	69.
Tabela 4 - Localidade dos entrevistados.....	69.
Tabela 5 - Tempo de residência e/ou veraneio em Barra do Açu.....	70.
Tabela 6 - Comparação entre a expectativa da população em 1994 e as mudanças observadas nos últimos 10 anos.....	71.
Tabela 7 - Carências da população de Barra do Açu.....	72.
Tabela 8 - Expectativa da população para os próximos 10 anos.....	74.
Tabela 9 - Avaliação do Porto do Açu.....	75.
Tabela 10 - Pontos negativos da implantação do porto.....	75.
Tabela 11 - Pontos positivos da implantação do porto.....	76.
Tabela 12 - Trabalhadores locais nas obras do porto.....	76.
Tabela 13 - Percepção de impactos ambientais na região.....	76.
Tabela 14 - Descrição dos impactos ambientais.....	77.

LISTA DE GRÁFICOS

ARTIGO CIENTÍFICO 1

Gráfico 1 - Produção de açúcar em Campos e Usina Santo Amaro (1984 a 1994).....34.

ARTIGO CIENTÍFICO 2

Gráfico 1 - Opinião da população quanto à preservação dos corpos hídricos.....72.

Gráfico 2 - Considera Barra do Açu um local adequado para morar.....74.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A.....Questionário aplicado à população da Barra do Açu.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARTIGO CIENTÍFICO 1

ASFLUCAN.....	Associação Fluminense dos Produtores de Cana.
CLIPA.....	Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú.
DISJB.....	Distrito Industrial de São João da Barra.
IAA.....	Instituto do Açúcar e do Alcool.
NEED.....	Núcleo de Estudos em Estratégias e Desenvolvimento.
PLANALSUCAR.....	Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar.
PROÁLCOOL.....	Programa Nacional do Alcool.
RPPN.....	Reserva Particular do Patrimônio Natural.
ZIPA.....	Zona Industrial do Porto do Açú.

ARTIGO CIENTÍFICO 2

ACIC.....	Associação Comercial e Industrial de Campos.
ASPRIM.....	Associação dos Proprietários de Imóveis e Moradores do Açú, Campo da Praia, Pipeiras, Barcelos e Cajueiro.
BNDES.....	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CLIPA.....	Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú.
CODIN.....	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.
DISJB.....	Distrito Industrial de São João da Barra.
EIA.....	Estudo de Impacto Ambiental.
MIDAS.....	<i>Maritime Industrial Development Areas.</i>
RIMA.....	Relatório de Impacto Ambiental.
RPPN.....	Reserva Particular do Patrimônio Natural.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE APÊNDICES	xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xii
APRESENTAÇÃO	15
ARTIGO CIENTÍFICO 1	
AS CENTRALIDADES TERRITORIAIS DO NORTE FLUMINENSE: DA USINA	
SANTO AMARO AO PORTO DO AÇU.....	17
RESUMO.....	17
<i>ABSTRACT</i>	18
INTRODUÇÃO	19
A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AS CENTRALIDADES	19
A OCUPAÇÃO DA BAIXADA CAMPISTA	24
O DECLÍNIO DA COMPANHIA AGRÍCOLA BAIXA GRANDE E A ASCENSÃO DO PORTO DO AÇU.....	27
MATERIAL E MÉTODO	36
Método	36
Amostragem e coleta de dados.....	37
Material	38
RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

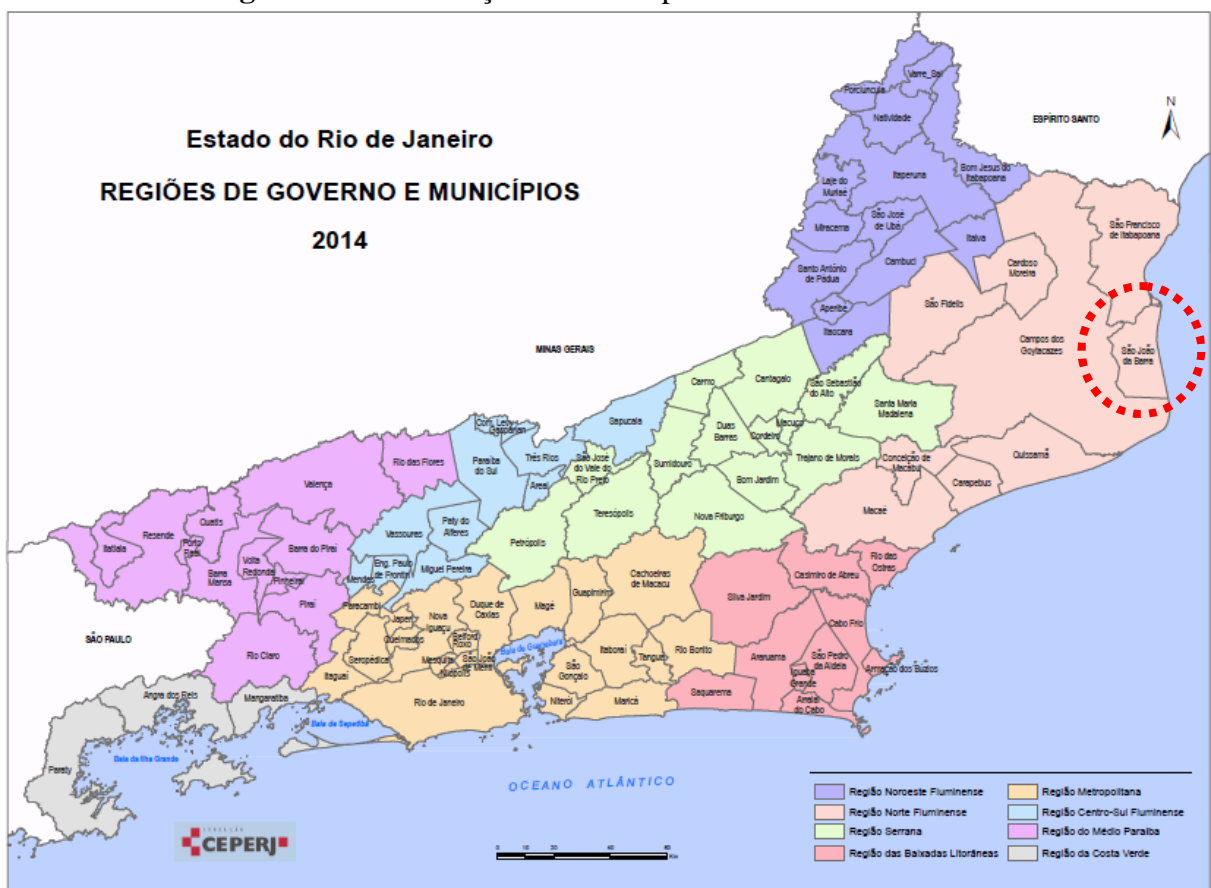
ARTIGO CIENTÍFICO 2**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA: O CASO DA BARRA DO AÇU E O COMPLEXO**

LOGÍSTICO INDUSTRIAL PORTUÁRIO	47
RESUMO.....	47
<i>ABSTRACT</i>	48
INTRODUÇÃO	48
SÃO JOÃO DA BARRA: UM MUNICÍPIO POLICENTRALIZADO.....	49
BREVE HISTÓRICO DA BARRA DO AÇU	55
O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DO AÇU	59
AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS NO ENTORNO DO CLIPA.....	64
MATERIAL E MÉTODO	65
Método	65
Técnica de amostragem e coleta de dados	67
Material	68
RESULTADOS E DISCUSSÃO	68
Perfil dos entrevistados.....	68
Percepção da população de Barra do Açu acerca das transformações territoriais e socioambientais que ocorreram entre os anos de 1994 e 2014.....	70
Percepção da população de Barra do Açu frente aos impactos causados pela implantação do CLIPA	75
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICE	84

APRESENTAÇÃO

O município de São João da Barra, localizado na Região Norte Fluminense (Figura 1), possui área de 455,04 km² e população de 32.747 habitantes segundo dados do CENSO 2010 (IBGE, 2010). Tem como principais atividades econômicas: o turismo, a agropecuária, a olericultura, a fruticultura ativa, o artesanato e a pesca, porém grande parte da arrecadação municipal provém do repasse de *royalties* e participação especial do petróleo (SOUZA, 2010).

Figura 1 — Localização do município de São João da Barra.



Fonte: Fundação CEPERJ, 2014 com edição do autor.

Implantado inicialmente pela *holding* EBX, e atualmente administrado pela empresa Prumo Logística Global, o Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA) é considerado um porto concentrador de cargas e foi projetado dentro da nova tipologia portuária denominada *MIDAs* (*Maritime Industrial Development Areas*), pois na área contígua ao porto estará um distrito industrial. Quando o complexo portuário foi divulgado e vendido ao mundo, tinha por objetivo a construção de um terminal portuário de uso misto, composto por berços de atracação de navios e embarcações de apoio a exploração de petróleo e *pier off-*

shore. No distrito industrial estavam previstos um complexo siderúrgico, usinas termoelétricas, polo metal mecânico, plantas de pelotização de minério, áreas para armazenamento de granéis líquidos e processamento de petróleo, além de uma unidade de construção naval. Após sucessivas mudanças no perfil do empreendimento, o projeto agora sedia principalmente empresas que dão suporte às atividades *offshore* na Bacia de Campos.

É sabido que o impacto desta construção já cria uma série de transformações territoriais e socioambientais na região. Diante do crescimento previsto, o município de São João da Barra deixará de ser suporte para as atividades agrícolas e de pecuária, para então atender às atividades logísticas e portuárias. Com esta mudança do rural para o industrial, a região terá suas dinâmicas geográfica, urbana, ambiental, econômica e social alteradas.

Diante do exposto, o objetivo principal desta pesquisa é compreender e avaliar parte das transformações territoriais e socioambientais que ocorreram na região Norte Fluminense anteriormente à implantação do CLIPA, assim como aquelas surgidas após a construção do mesmo. Como forma de atingir o objetivo proposto, buscou-se estabelecer uma relação entre a (re)produção do espaço na região da Baixada Campista, as centralidades surgidas a partir do ciclo econômico da cana de açúcar e a criação do ambiente favorável para a construção do porto nas fazendas desvalorizadas após a crise no setor sucroalcooleiro. Ainda, buscou-se o resgate das transformações ocorridas no município de São João da Barra, em especial na localidade da Barra do Açu, e a percepção da população local quanto à construção complexo.

Esta dissertação está estruturada em dois artigos científicos. O primeiro artigo intitulado "As centralidades territoriais do Norte Fluminense: da Usina Santo Amaro ao Porto do Açu", trata das questões referentes as transformações territoriais que sucederam-se na Baixada Campista, e a relação das usinas de açúcar com a população da Barra do Açu.

O Artigo Científico 2, "Transformações territoriais e socioambientais no município de São João da Barra: o caso da Barra do Açu e o Complexo Logístico Industrial Portuário", aborda a atual configuração do município de São João da Barra, resgata o histórico da Barra do Açu e mostra a percepção da população local frente às mudanças ocorridas nas dinâmicas territoriais, sociais, econômicas e ambientais.

ARTIGO CIENTÍFICO 1

AS CENTRALIDADES TERRITORIAIS DO NORTE FLUMINENSE: DA USINA SANTO AMARO AO PORTO DO AÇU

RESUMO

A construção do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú trouxe novas expectativas de desenvolvimento para a região Norte Fluminense. A rapidez no processo de implantação do empreendimento impôs novas relações sociais e territoriais à população, encobrando os aspectos históricos que culminaram na escolha desta parte do litoral brasileiro para sediar tal projeto. Diante do contexto apresentado, o objetivo do presente artigo é resgatar a dinâmica regional de (re)produção do espaço e da formação das centralidades em Campos dos Goytacazes/RJ, em especial na porção do município denominada de Baixada Campista. O ambiente propício à cultura da cana de açúcar em tal parte do território, favoreceu o surgimento de várias usinas, entre elas a Usina Santo Amaro, antiga proprietária das fazendas adquiridas por Eike Batista para construção do complexo portuário. Para atingir o objetivo proposto, foram empregadas as pesquisas bibliográfica, documental, de campo e a aplicação de questionários junto à população da Barra do Açú. Os resultados do trabalho apontam para a relação entre o declínio da atividade canavieira e as condições ideais para a construção do porto nas terras desvalorizadas da usina. Do mesmo modo, é possível perceber a importância da usina para os moradores da Barra do Açú e a nova mudança de centralidades que está em andamento na região.

Palavras chave: Centralidades territoriais, Porto do Açú, Usina Santo Amaro.

ABSTRACT

The construction of the Industrial Logistics Complex of Açú Port has brought new development expectations for the Norte Fluminense region. The speed in the enterprise deployment process imposed new social relations and territorial to the population, covering up the historical aspects that culminated in the choice of this part of the Brazilian coast to host such a project. Given the context presented, the aim of this article is to rescue the regional dynamic of (re) production of space and the formation of centralities in Campos dos Goytacazes/RJ, especially in the portion of the city called Baixada Campista. The enabling environment for the cultivation of sugar cane in this part of the territory, favored the emergence of several plants, including the plant Santo Amaro, previous owner of the farms acquired by Eike Batista for construction of the port complex. To achieve this purpose, the literature, documental, and field research were employed, and the application of questionnaires by the Barra do Açú population. The results of work point to the relationship between the decline in sugar cane activity and the ideal conditions for the construction of the port in devalued land the plant. In the same way was possible to note the importance of the plant for residents of Barra do Açú and the new change of centrality that is in progress in the region.

Key words: Territorial centralities, Açú Port, Plant Santo Amaro.

INTRODUÇÃO

Com o início da construção do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA) no município de São João da Barra, localizado no Norte Fluminense, a região outrora marcada pela agroindústria açucareira viu-se diante de uma nova oportunidade para alavancar seu crescimento.

O rápido processo de consolidação do empreendimento portuário deu origem ao que Carlos (2011, p. 10) chama de "febre do instantâneo". Segundo a autora, a velocidade com que as transformações acontecem sob a égide do capital, abre espaço para a imposição de novos padrões e relações sociais, despindo os cidadãos locais de seu passado.

De acordo com Bernardelli (2013), ao falarmos sobre espaço, seja rural ou urbano, é necessário enfatizar que este apresenta especificidades decorrentes de sua construção histórica. Assim, as mudanças que agora ocorrem na região resultam de anos de transformações no processo de produção do espaço.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é resgatar o histórico de formação das centralidades existentes na parte do município de Campos dos Goytacazes denominada Baixada Campista, em especial aquela exercida pela Usina Santo Amaro, situada em Baixa Grande, antiga possuidora das terras onde atualmente estão sendo construídas as instalações do CLIPA. Pretende-se ainda, avaliar e mensurar as relações entre a população de Barra do Açú e a referida usina, que durante o auge do ciclo da cana de açúcar foi a principal fornecedora de empregos para as localidades agora atingidas pelas obras do complexo portuário.

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AS CENTRALIDADES

A região Norte Fluminense apresenta um histórico marcado pela agroindústria canavieira desde sua ocupação. A partir da década de 1970 passa a figurar no cenário nacional em razão da exploração de petróleo na Bacia de Campos e aos vultuosos recursos recebidos como *royalties* e participação especial. Apesar das altas cifras envolvidas nos ciclos econômicos citados, a região ainda está em contínuo processo de desenvolvimento e

estruturação, principalmente devido à implantação do CLIPA no município de São João da Barra (RANGEL, 2013).

De acordo com Carlos (2011), no mundo moderno a intensidade com que ocorrem esses processos econômicos e a velocidade em que eles acontecem, marcam as relações dos homens com o espaço, e as marcas dos rápidos processos de transformação ficam impressas tanto na paisagem quanto na consciência dos habitantes.

Santos (2003), destaca que nos países considerados subdesenvolvidos o espaço caracteriza-se por ser organizado e reorganizado em função de interesses diversos e distantes, muitas vezes inseridos no contexto de uma matriz econômica global. As chamadas "forças de mudança ou forças de modernização" são extremamente seletivas, portanto, a produção, especialmente a que demanda alto nível tecnológico, tende a se concentrar em pontos muito específicos. O autor ainda complementa dizendo que essas forças produzem instabilidade na organização espacial, sendo frequentes os desequilíbrios e reajustamentos.

A criação e a relação do homem com as centralidades urbanas é uma das marcas deixadas pelos processos econômicos construídos dentro da lógica capitalista. Lopes Júnior e Santos (2010), afirmam que toda discussão a respeito de centralidades urbanas envolve questões referentes ao espaço e sua reprodução, isto porque esse debate traz implícito as dinâmicas socioeconômicas da região. Os autores ainda alertam que para a compreensão de como a reprodução do espaço redefine as relações de centralidade, necessita-se esclarecer o conceito de espaço a ser utilizado.

O espaço é historicamente produzido pelo homem, pois é ele quem o organiza política e economicamente, refletindo as diversas relações conflitantes entre o capital e a sociedade. O espaço, é portanto, um produto social ao mesmo tempo em que é um meio de produção da sociedade. Por fim, o espaço acabou tornando-se também um meio de controle, um instrumento de dominação e de poder carregado de contradições (LEFEBVRE, 1991 *apud* SILVEIRA, 2010).

Dentro dessa perspectiva de espaço como um produto social, Santos (1997, p. 49) afirma:

"[...] O espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. [...] A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história - mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade."

Diante do exposto, observamos que o espaço e sua reprodução ocorrem sob a diretriz de um modo de produção específico. A reprodução do espaço, está assim, completamente relacionada ao processo de produção de mercadorias, que acaba influenciando também as formas de viver e se organizar em sociedade (LOPES JÚNIOR E SANTOS, 2010).

Para Santos (1997, p. 81), "o espaço sempre foi o *locus* da produção, logo, sem produção não há espaço e vice-versa". Ainda de acordo com o autor, determinados pedaços do território costumam ser organizados pela sociedade para o exercício de uma forma particular de produção. Essa inter-relação e interdependência entre espaço e produção, vão aumentando e intensificando-se com o passar dos anos.

Em cada momento histórico, o ciclo do capital exige determinadas condições para sua realização. A ocupação do espaço torna-se uma dessas condições, e assim o próprio espaço assume a condição de mercadoria, sendo fragmentado e vendido aos pedaços. O espaço é visto agora como infraestrutura, concentração de fluxos, mercado de trabalho e matéria prima, e sua reprodução passa a ocorrer sob a racionalidade da busca do lucro (CARLOS, 2011).

Embora exista uma fragmentação, o espaço continua, em outro plano, caracterizado por uma relativa articulação entre as diferentes partes que o compõem, principalmente àquelas relacionadas à divisão social do trabalho e seus reflexos nas diferenças de classes, evidenciando a sociedade em suas lutas e conflitos (LOPES JÚNIOR E SANTOS, 2010).

Conforme apresentado, o processo de organização do espaço é definido como o resultado do equilíbrio entre diversas variáveis, como: processos de produção, relações de trabalho, divisão social do trabalho, relação entre indivíduos, poder econômico, poder político, entre outros vinculados aos interesses da produção capitalista. Sendo assim, de acordo com Santos (1997), o espaço é resultado do equilíbrio entre fatores de dispersão e de concentração, onde os fatores de concentração podem ser o tamanho das indústrias e as aglomerações necessárias para seu funcionamento.

A implantação de sistemas de transporte urbano, primeiramente por trilhos e posteriormente por matriz automotiva geraram as condições técnicas e funcionais para a expansão das cidades, que passaram a ser menos densas, com o tecido urbano disperso na paisagem e mesclando-se aos espaços rurais nas franjas deste tecido (SPOSITO, 2013).

Segundo a autora, é preciso distinguir a relação entre centro(s) e centralidade(s) (SPOSITO, 2013, p. 73):

"[...] começo por esse ponto - a centralidade para mim, não é um lugar ou uma área da cidade, mas, sim, a condição e expressão de central que uma área pode exercer e representar. Segundo essa perspectiva, então, a centralidade não é, propriamente, concreta; não pode ser vista numa imagem de satélite; é difícil de ser representada cartograficamente, por meio de delimitação de um setor da cidade não aparece desenhada no cadastro municipal ou no plano diretor das cidades; não se pode percorrê-la ou mesmo vê-la, embora possa ser sentida, percebida, representada socialmente, componha nossa memória urbana e seja parte de nosso imaginário social [...]. As áreas centrais são espaços que ancoram a constituição de centralidades, mas não são a mesma coisa que elas."

Para Endlich (2013), os avanços técnicos e a reestruturação capitalista viabilizam a desconcentração das atividades econômicas, especificamente as produtivas, colaborando para o desenvolvimento econômico de áreas não densamente povoadas. A autora pontua que a noção de centralidade auxilia no entendimento dessa discussão, mas não é possível estabelecer os seus limites.

Lefebvre (2008, p. 108), afirma que a centralidade é o "essencial do fenômeno urbano", e sempre requer um conteúdo. A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, não criando nada, apenas centralizando as criações. Ao mesmo tempo, a cidade cria tudo, pois nada pode existir sem troca, sem aproximação, ou seja, sem as relações.

Definidos os conceitos de centro e centralidade, é possível avançar a discussão para o processo de descentralização e o surgimento dos "núcleos secundários ou subcentros" (CORRÊA, 1995, p. 37), que também possuem a condição de centralidade.

De acordo com Corrêa (1995), os processos sociais originam as formas espaciais, por meio de um conjunto de forças atuantes no decorrer do tempo pelos diversos agentes modeladores do espaço, permitindo assim localizações e realocações das atividades produtivas e da população. A descentralização e o aparecimento dos núcleos secundários é um dos desdobramentos dos processos espaciais que ocorrem no âmbito urbano.

A descentralização está naturalmente associada ao crescimento das cidades, seja em termos demográficos ou espaciais, e só ocorre quando há ou são fomentadas atrações em áreas afastadas do centro principal. Os principais atrativos para a descentralização são: terras não ocupadas e com baixo preço de mercado, infraestrutura já implantada, facilidades de transporte, qualidades naturais atrativas do sítio (ex.: topografia, disponibilidade de água, solo apropriado, etc.), possibilidade de controle do uso das terras e proximidade da força de trabalho (CORRÊA, 1995).

A partir de meados do século XIX, o processo de centralização do capital, materializado por meio do surgimento de grandes e poderosas indústrias, implicará em economias internas de grande escala dentro das unidades fabris. As modernas manufaturas não dependerão mais da proximidade com a área central principal, e assim, a industrialização vai gerar um padrão espacial desenvolvendo as áreas periféricas. Segundo Corrêa (1995, p. 53), tal padrão tinha na indústria têxtil da cidade do Rio de Janeiro um bom exemplo:

"Tratava-se de fiações e tecelagens localizadas junto às fontes de energia hidráulica e de águas límpidas necessárias às suas diversas operações fabris. Isoladas na cidade, tais indústrias tinham junto a si uma força de trabalho cativa, residindo em vilas operárias: criou-se assim um espaço industrial constituído de produção e de residência. Em breve este espaço seria efetivamente incorporado à cidade, tornando-se um bairro ou um subúrbio."

A descentralização industrial, dar-se-á inicialmente ao longo das vias férreas que conectam a cidade à sua hinterlândia¹ regional ou nacional, formando um alinhamento de sucessivas indústrias. Todas passam a beneficiar-se da acessibilidade aos mercados, das amplas e baratas extensões de terra, bem como da proximidade da força de trabalho. Conforme Serpa (2013), essas assertivas conduzem à possibilidade de existência de centralidades baseadas na produção e reprodução do sistema capitalista, amparadas em estratégias de dominação por parte das forças hegemônicas.

Ainda segundo Serpa (2013), o conceito de área central pode ser muito associado à aglomeração de atividades terciárias, mas, por outro lado, uma área pode apresentar uma centralidade significativa sem necessariamente possuir uma forte concentração desse tipo de atividade. O processo de formação e consolidação de centralidades é dinâmico e requer uma periodização histórica para melhor compreendê-lo, pois é fruto de um método lento e cotidiano de apropriação do espaço.

Nesse sentido, é fundamental resgatar e descrever o contexto no qual se insere o surgimento das inúmeras usinas na região da Baixada Campista. A concentração de indústrias de açúcar e álcool em tal espaço, e principalmente ao longo do ramal da Estrada de Ferro Leopoldina, acarretará na descentralização da área central principal da cidade em diversos núcleos secundários, que dia após dia aumentarão o elo de centralidade com os habitantes.

¹ Hinterlândia ou *Hinterland* é a área de influência terrestre de empreendimentos logísticos como portos e ferrovias.

A OCUPAÇÃO DA BAIXADA CAMPISTA

A produção de cana de açúcar é uma das atividades econômicas mais antigas da região Norte Fluminense. Em entrevista concedida a um grupo de pesquisadores da Faculdade de Filosofia de Campos, Jorge Renato Pereira Pinto - professor, escritor e antigo usineiro - afirma que a cana de açúcar foi a grande mola propulsora do progresso na região, apesar da criação de gado surgir como primeira demonstração da colonização (OURIVES, 2008).

De acordo com Rodrigues (1988), a atividade pecuária tem início em 1633, na localidade de Campo Limpo, onde é erguido um curral no dia 8 de dezembro pela comitiva dos Sete Capitães. Cabe a Valério Corsunga, índio vaqueiro integrante do grupo, zelar pela choupana de palha e por três novilhas, uma vaca e um touro. A viagem prossegue em direção ao litoral, e no dia 10 de dezembro outro curral é fundado no local denominado de Ponta de São Tomé. O escravo Antônio Dias é designado como o curraleiro de cinco novilhas e um touro. Um terceiro curral, na localidade de São Miguel, fica aos cuidados do índio vaqueiro Miguel.

O rebanho bovino passa então a multiplicar-se pelas pradarias campistas, e a notícia das vastas planícies com pasto nativo se espalha por todo Rio de Janeiro. É então, a criação de gado, a única atividade do pioneiro campista, pois as características locais são favoráveis a pecuária. Há água em abundância e campinas nativas. A paisagem é praticamente composta por pequenas propriedades, sem cercas nas divisas, onde o gado é criado solto e multiplicava-se de forma assombrosa. É comum o envio de até quatro mil cabeças para abastecer a cidade do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1988).

A fixação na região é um intenso e permanente desafio. A fertilidade da planície e os grandes campos aptos a atividade pecuária, aguçam a cobiça de inúmeros cidadãos e são responsáveis por provocar uma série secular de disputas territoriais entre os sucessores dos Sete Capitães, a dinastia dos Asseca e as ordens religiosas, que tem fim somente no ano de 1753, com a compra da capitania pelos campistas (PINTO, 2006; RODRIGUES, 1988).

Somente após as tímidas e mal sucedidas tentativas de colonização efetuadas por Pero e Gil de Góis, antigos donatários da Capitania de São Tomé, e da expulsão dos Sete Capitães, é que tem início o chamado "ciclo do açúcar". Na década de 1650, o general Salvador Correia de Sá e Benevides da dinastia Asseca, funda o primeiro engenho de açúcar da região. O período de fundação é conhecido, diferente do local exato de sua construção. O ano preciso de fundação deste primeiro engenho é divergente na publicação de diversos autores. Feydit

(1979) afirma que até 1654 não houve tempo para fundação de nenhum engenho de açúcar, Rodrigues (1988) adota o ano de 1650, e recentemente Fridman (2007) assinala o ano de 1652, no qual o general ergue um engenho, estabelece pequenas lavouras, currais com milhares de cabeças de gado e ainda uma capela dedicada a São Salvador.

Feydit (1979), destaca que em 1653 a vila possui igreja matriz e uma Câmara que funciona normalmente, mas apenas em 29 de maio de 1677 é oficialmente fundada a Vila de São Salvador, após algumas tentativas fracassadas.

O começo da ocupação intensiva da Baixada Campista data do início da década de 1730, ainda predomina na região a exploração da pecuária frente as paisagens naturais. A criação de gado então concentra-se nas mãos dos grandes senhores, que controlam e limitam o acesso à terra. Durante esse período a cultura da cana continua a ser uma atividade secundariamente estabelecida na região (LAMEGO, 2007 *apud* SANTOS, 2011).

A região da Baixada Campista é incorporada à Freguesia de São Gonçalo (Figura 1), criada logo depois da Vila de São Salvador, na sesmaria dos jesuítas, próxima a fazenda do Colégio. Com o passar dos anos a freguesia vai ganhando importância, sendo elevada à *capella curada* em 1722 e a *parochia perpetua* em 1763. Em 1811, a região é dividida em mais uma freguesia, a de São Sebastião, que engloba uma parte extensa da planície, desde a Freguesia de São Gonçalo até a Lagoa Feia e abrange também a costa litorânea até a praia do Açú (ALVARENGA, 1881).

Nas publicações do Almanak Industrial, Mercantil e Administrativo da Cidade e Município de Campos, Alvarenga (1881; 1884) traz uma vasta gama de informações sobre as duas freguesias, destacando sua importância e características principais.

Em 1881, a Freguesia de São Gonçalo possui um pequeno povoado próximo à igreja paroquial, estando a nove quilômetros do centro da cidade. Sua área é de 182,24 km², onde existem 1.093 casas habitadas. A população é de 11.674 pessoas, sendo 7.191 livres e 4.483 escravos. A freguesia é dividida, quase que igualmente, entre uma extensa planície e diversos brejos e lagoas repletos de peixes que sustentam os mais pobres. A lavoura do açúcar sempre foi importantíssima, sendo muito provável que os primeiros engenhos surgidos no município tenham sido os desta freguesia. Existem no referido ano, 86 fábricas de açúcar e aguardente, das quais 21 são movidas a vapor.

A Freguesia de São Sebastião possui uma superfície de 821,96 km², ocupada em grande parte por brejos e lagoas. A população é de 9.440 habitantes, 6.402 livres e 3.038 escravos, que habitam 1.130 casas. Apesar de ser quase cinco vezes maior que São Gonçalo, apenas 42 engenhos de açúcar e aguardente estão erguidos em 1881, dos quais 6 são movidos

Desde o início da colonização no século XVII, através da criação de gado, a região é caracterizada pela presença de pequenas propriedades. O criador pioneiro não é nenhum "barão do gado", mas sim pequenas famílias que não têm recursos nem mesmo para adquirir escravos ou construir cercas. Existem apenas quatro grandes fazendas "criadeiras", donas de dez boiadas entre as mais de trinta que caminham sempre em direção ao Rio (SILVA, 1819 *apud* RODRIGUES, 1988).

Ao final do século XVIII, há facilidade e incentivo para a aquisição de terras, pois a tirania dos Asseca fora anulada, assim como não existe a obrigação do pagamento das pesadas taxas aos donatários e nem o risco de despejos sumários pelas ordens religiosas. Nas palavras de Rodrigues (1988, p. 39), "a pequena propriedade é como uma imposição geológica e geográfica". Somente quatro grandes fazendas ainda estão constituídas na região: a do Colégio, a de São Bento, a do Visconde e a de Quissamã.

A presença da pequena propriedade com o grande latifúndio, marca as relações comerciais na cidade no decorrer dos séculos seguintes. A futura indústria do açúcar a ser constituída na forma dos engenhos centrais e posteriormente das usinas, ficará completamente dependente do fornecimento de matéria prima desses pequenos proprietários. Segundo Picard (1996), esses fornecedores logo vão perceber que já não podem concorrer com as grandes plantas industriais, então passarão a plantar e vender suas canas. Na condição de antigos fabricantes de açúcar, eles sabem muito bem o valor e o trabalho dispensados no cultivo, logo não aceitam pequenos valores pelo seu produto, daí origina-se uma grande dificuldade para obtenção de matéria prima.

Essa difícil relação entre fornecedores e usineiros, provocará uma disputa palmo a palmo pelas terras da Baixada Campista, ricas em massapê. Os planos de expansão das indústrias sempre encontrarão este obstáculo, levando as mesmas a avançar sobre os recursos naturais e a plantar cana em ambientes cada vez mais inóspitos e distantes das matrizes.

O DECLÍNIO DA COMPANHIA AGRÍCOLA BAIXA GRANDE E A ASCENSÃO DO PORTO DO AÇU

Retomando ao ciclo do açúcar, Pinto (1995), destaca que é na segunda metade do século XVIII que se dá o início da grandeza do açúcar no município de Campos dos

Goytacazes. Para exemplificar tal período, o autor cita que das 50 engenhocas de 1750, saltase para 328 em 1799, e 700 em 1828. No final do século, tudo é um "mar de canas".

Ao longo do século XIX, as engenhocas passam por um processo de evolução e sofisticação, dando origem aos engenhos a vapor em 1827, que posteriormente transformam-se em engenhos centrais. Apesar dos esforços governamentais para a modernização, muitas engenhocas resistem e coexistem com as plantas industriais mais sofisticadas.

Alvarenga (1884), na segunda edição do Almanak Industrial, Mercantil e Administrativo da Cidade e Município de Campos, faz um completo levantamento dos engenhos centrais da região. Segundo o autor, o Engenho Central dos Coqueiros é o último na estrada que leva ao mar, situado logo após a Usina Mineiros.

Já no século XX, ocorre o desaparecimento dos velhos e obsoletos engenhos, o fim da montagem dos engenhos centrais, e o surgimento das usinas com seus equipamentos modernos e importados principalmente da França. Novamente, todo o processo de modernização ocorre por meio de financiamento estatal. Por volta da primeira década do século existe em Campos 27 usinas de açúcar e aguardente (PINTO, 1995; RODRIGUES, 1988).

No ano de 1909, surge o primeiro registro encontrado sobre a Usina Santo Amaro. Uma nota do jornal Gazeta de Notícias informa a decisão dos usineiros campistas em iniciar a safra da cana após o dia 15 de junho, o motivo é a abundância do produto no Norte Fluminense. Segundo o Sindicato Agrícola Campista, essa é uma tentativa de elevar um pouco os preços e diminuir os prejuízos. Ao fim da reunião é firmado um acordo entre os usineiros e pela Usina Santo Amaro assina o proprietário citado como Freitas, Irmão & Barros. Em 1911 a usina apresenta uma produção de 101 toneladas de açúcar, correspondente a 1,18% da produção total das usinas de Campos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1909; O PAIZ, 1911).

No ano de 1916 a usina troca de proprietários, segundo publicações de circulação nacional. O jornal A Noite de 14 de julho traz a nota intitulada "O assucar em Campos. Uma importante transação", que diz:

"Sabemos terem os Srs. Plinio Pinto e J. Oliveira Castro & C. vendido a Usina Santo Amaro, pela quantia de 800:000\$000, aos Srs. Americo Ney & C. e J. Soares & C. O negocio foi considerado vantajoso para ambas as partes."

Dois dias após a publicação do jornal A Noite, o periódico O Paiz, em sua coluna "Noticias do Estado do Rio" confirma o negócio:

"Os Srs. Americo Ney & C. e J. Soares & C. acabam de adquirir, pela quantia de 800:000\$, aos Srs. Plinio Pinto e J. Oliveira Castro & C., a usina Santo Amaro, no municipio de Campos."

Vale lembrar, que não foi possível identificar durante a pesquisa as relações entre os antigos proprietários da usina Freitas, Irmão & Barros e Plinio Pinto e J. Oliveira de Castro & C.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil passa a exportar açúcar para mercados como Argentina, Uruguai e Inglaterra, consolidando assim, o complexo agroindustrial nacional. O jornal Gazeta de Notícias de 19 de outubro de 1916, relata a exportação de 15.000 toneladas de açúcar para a Argentina, feita por 23 usinas de Campos, entre elas a Santo Amaro. No ano de 1917, o município de Campos coleciona os títulos de maior exportador de açúcar do país, respondia por 15% da produção nacional e era o 17º produtor mundial, a frente de todos os países da América Central somados. Neste mesmo ano, em âmbito local, a Usina Santo Amaro produz 1.374 toneladas de açúcar, sendo a 17ª de 28 usinas no *ranking* da produção municipal (PINTO, 1995).

A década de 1920 e o início da década de 1930 são marcados pelas oscilações na produção. Liderados pelo deputado e proprietário da Usina Cambahyba, Luiz Guaraná, os usineiros campistas recorrem diretamente ao presidente da República para solucionar uma crise no transporte do açúcar em 1921. Segundo os presentes, a Leopoldina Railway não possui capacidade suficiente para movimentar os estoques de tantas usinas.

Em 1922, Americo Ney constitui a Companhia Engenhos Centraes Santa Cruz e União, que passa a englobar o patrimônio de quatro usinas da região: Santa Cruz, Santo Amaro, Boa União e N. S. do Desterro. Segundo sindicância instaurada no Banco do Brasil em 1931, objetivando investigar os empréstimos realizados à Companhia, a Usina Santo Amaro possuía maquinário deficiente, apresentava pequena produtividade e baixa capacidade de produção, já no ano de 1923. Em virtude da má gestão da companhia e a incapacidade de liquidar os diversos empréstimos contratados, em 1927 o Banco do Brasil solicita a falência e leva a companhia a leilão (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1931).

Em 1929, ano da Grande Depressão, há em Campos uma superprodução de açúcar que gera enormes prejuízos em consequência da recessão mundial, e retrai a produção dos anos seguintes. Nesse período a produção da Usina Santo Amaro vai de 3.559 toneladas em 1929, para somente 781 em 1933 (PINTO, 1995).

Com a Revolução de 1930 e a ascensão do Estado Novo de Getúlio Vargas, é criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, cujo objetivo principal é controlar a produção de açúcar e álcool. Apesar de ser um órgão estatal que visa impulsionar a produção açucareira, o IAA inicialmente não tem foco em Campos, pois a região especializou-se em açúcar cristalizado de baixo valor agregado, sendo assim, os subsídios são empregados em favor do estado de São Paulo, grande produtor de açúcar refinado (PESSANHA E NETO, 2004).

Retomando ao objeto de estudo deste capítulo, a Usina Santo Amaro, é também no ano de 1933 que a mesma é vendida pelo Sindicato Anglo-Americano para a empresa F.C.A. de Barros Barreto. O nome da empresa compradora é composta pelas iniciais de seu proprietário, Francisco Cavalcanti Albuquerque de Barros Barreto, engenheiro mecânico pernambucano que anteriormente a compra da Santo Amaro foi acionista da Usina Outeiro. Em 1 de setembro de 1937 é fundada a Companhia Agrícola Baixa Grande, incorporando todo patrimônio da antiga empresa de Barros Barreto, que inclui o parque industrial da Usina Santo Amaro e diversas propriedades rurais da Baixada Campista, como as fazendas Baixa Grande, Mussurepe ou Alto da Pitanga, Saldanha, Ilha Grande, Tahy e Marrecas, e os sítios entre a Ilha Grande e a Ilha Pequena, do Rio Colégio e Mulaco (DIÁRIO OFICIAL, 1937).

Cabe ressaltar, que antes deste ano, o histórico da usina apresenta alguns hiatos, como o período exato de sua fundação e seus fundadores, e o nome de quem arrematou a usina no leilão realizado pelo Banco do Brasil em 1927.

Na segunda metade dos anos 30, Pinto (1995) afirma que "cada usina era uma ilha de vida dentro do município", com regras, domínios, hábitos e tradições próprias. O usineiro passa a ser definitivamente o "grande patrão" da cidade, transformando-se em chefe político. Ainda de acordo com o autor, é nesse período que o usineiro expande-se horizontalmente, abatendo matas para alimentar as caldeiras e ampliar a plantação de cana, mas a expansão é comprometida pela resistência dos pequenos proprietários em vender suas terras.

Nas pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos em Estratégias e Desenvolvimento do Instituto Federal Fluminense (NEED) desde o início da implantação do porto, observou-se uma forte ligação do Açúcar e entorno com a localidade campista de Baixa Grande. De acordo com relatos de moradores, durante esse período expansionista das usinas, muitos eram

contratados como mateiros, ou seja, cortadores de lenha da restinga. O material era o principal combustível que alimentava as caldeiras da Usina Santo Amaro. A partir desses relatos, percebemos a relação de centralidade que Baixa Grande exercia sobre as demais localidades.

Durante a década de 1930, surge o controle de preços realizado pelo governo. Pessanha e Neto (2004), dizem que apesar do progresso das usinas, os preços sempre eram tabelados aquém da realidade. Azevedo (2011), complementa tal raciocínio justificando os baixos preços devido a política nacional para conter a inflação, que não permite manter altos preços para os produtos de primeira necessidade, como o açúcar.

Nos anos 40 e 50, as usinas continuam suas sagas de produção, ora enfrentando problemas pontuais como as secas, ora batendo recordes. Após a Segunda Guerra Mundial o parque açucareiro começa a se modificar, o IAA financia a ampliação das usinas e a importação de melhores equipamentos. Com a volta de Getúlio Vargas em 1951, o Banco do Brasil torna-se mais ativo dentro da nova política, financiando os estoques de açúcar produzido (PINTO, 1995).

Entre essas décadas é comum por parte da Cia. Agrícola Baixa Grande a publicação de anúncios em jornais de grande circulação, exaltando a capacidade de produção de sua planta industrial. Em 1943, na Revista da Semana o anúncio afirma que a Usina Santo Amaro possui a destilaria mais recente do estado, com capacidade para produzir 1.500.000 litros de álcool anidro, além de 7.200 toneladas de açúcar. No Correio da Manhã de 15 de junho de 1951, o anúncio informa a capacidade de 15.000 toneladas de açúcar e 2.000.000 de litros de álcool. A última publicação encontrada durante a pesquisa data de 1956 no jornal Última Hora, onde a produção poderia atingir 18.000 toneladas e 3.000.000 de litros de álcool. Diante dos números apresentados, pode-se sugerir que a companhia aproveitou-se do bom momento de financiamento público para modernizar suas instalações e expandir a produção, além de buscar alternativas para diversificar sua economia, como a inauguração da fábrica de papel em 1957 que utilizava o bagaço da cana como matéria prima (REVISTA DA SEMANA, 1943; CORREIO DA MANHÃ, 1951; ÚLTIMA HORA, 1956).

Ao final da década de 1950 e início da próxima década, no período do governo de Juscelino Kubitschek, ocorre uma nova mudança na política econômica nacional. De acordo com Azevedo (2011), a abertura do país para o capital estrangeiro é definitiva para a derrocada das usinas, pois agora estão disponíveis também os empréstimos internacionais.

No início dos anos 60 chega a Campos a família cubana De La Riva, liderada pelo patriarca chamado de Dom Fernando. Ourives (2008), relata que em razão da idade avançada do Dr. Dudley Barros Barreto, o mesmo prefere vender a Cia. Agrícola Baixa Grande para os

cubanos. D. Fernando possui *know-how* na produção de açúcar, havia sido o segundo maior produtor em Cuba, e após fugir do regime socialista para a Flórida, lá montou a Usina Talismã. É sob a gestão dos cubanos que a Usina Santo Amaro prospera, alcança seu apogeu, mas também encontra o declínio (JORNAL DO BRASIL, 1982).

No decorrer do "milagre econômico" do regime militar, há significativa expansão da área plantada e modernização do parque industrial açucareiro. Santos (2011), cita os investimentos estatais feitos por parte do Programa Nacional de Melhoramento da Cana de açúcar - PLANALSUCAR (1971 a 1973) e posteriormente pelo Programa Nacional do Álcool - PROÁLCOOL (1975). Pinto (1995), destaca nesse período a transição das usinas para as centrais açucareiras, que têm capacidade para moer de 3.000 a 10.000 toneladas de cana por dia, enquanto a tecnologia das antigas usinas era dimensionada para moer de 500 a 2.500 toneladas.

A partir da década de 1970 é prática comum a incorporação de usinas menores pelas maiores. O objetivo é aumentar a produção de açúcar e álcool por meio da transferência de cotas de uma indústria para outra. Em 1972, o IAA autoriza a fusão da Usina Mineiros à Usina Santo Amaro, o que acarreta na demissão de 400 trabalhadores e o fechamento da Usina Mineiros nos anos seguintes (PINTO, 1995).

No ano de 1973, a safra campista bate o recorde de produção que jamais viria a ser alcançado: aproximadamente 611 mil toneladas de açúcar. Ao fim da safra, várias usinas passam por grandes remodelações, como a Santo Amaro. Os usineiros campistas atendem assim ao desafio proposto pelo IAA, de aumentar consideravelmente a produção em todo país. O objetivo principal é equipar as indústrias para moerem mais cana em menor espaço de tempo, reduzindo a safra de oito para três meses.

Nos anos de 76, 78 e 79, a Usina Santo Amaro figura entre as cinco maiores produtoras da cidade, sendo no ano de 1978 responsável por 8,16% da produção anual, com 46 mil toneladas. É o auge da participação sob o comando dos cubanos, já que a maior produção acontece no ano seguinte, com 48 mil toneladas, mas 7,93% de participação (PINTO, 1995).

Com o fim do milagre econômico e da euforia, vem à tona a realidade de que o parque industrial fora modernizado a altos custos, mas a quantidade de matéria prima continua a mesma, provocando enorme ociosidade e prejuízos. Para exemplificar, a área plantada de cana na safra de 1980 é praticamente igual a do início da década de 1960. Segundo Ourives (2008), contribui ainda o recorrente problema do tabelamento de preços e o não investimento na

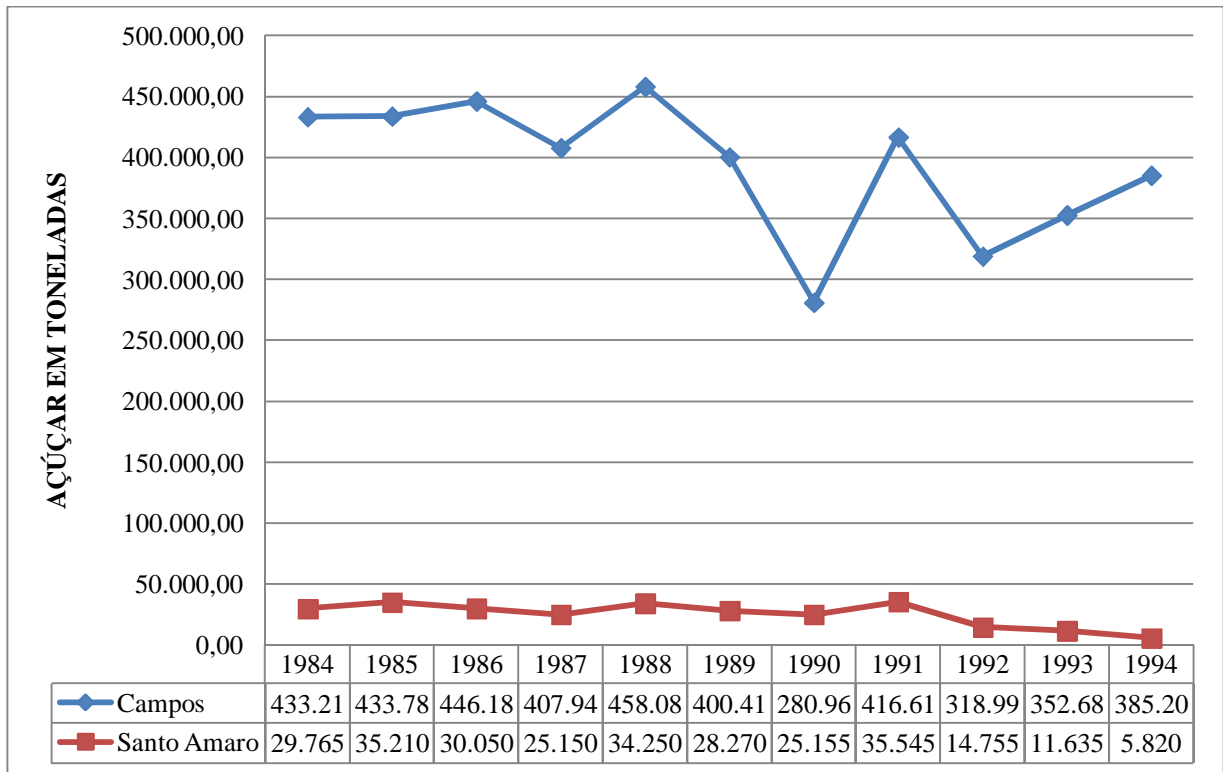
irrigação das terras, iniciando uma crise sem precedentes. Soma-se a esses fatores, o fortalecimento das usinas paulistas graças as melhores condições de solo e clima.

Na década de 1980 os usineiros insistem na liberação de financiamento para os projetos de irrigação das lavouras, esta é a única forma de impulsionar a produção. A Usina Baixa Grande apresentou ao IAA, em 1980, o projeto de irrigação de 4.350 hectares pelo método de infiltração, ao custo de 40 mil cruzeiros por hectare. Em entrevista ao Jornal do Brasil de 21 de fevereiro de 1982, D. Fernando De La Riva queixa-se da burocracia do governo que ainda não havia liberado nenhum recurso para a irrigação, e afirma também que em sua usina estão sendo irrigados 2 mil hectares com recursos próprios (JORNAL DO BRASIL, 1980; 1982).

Diante da instabilidade do setor, os pequenos fornecedores de cana também estão em grave situação, vendo regredir a produção de suas terras e conseqüentemente prejudicando as usinas. Em 1980, a Associação Fluminense dos Produtores de Cana (ASFLUCAN), estima em 10.500 o número de produtores de cana da região, instalados em minifúndios de 2,5 ha de área cultivada até 12,5 ha (JORNAL DO BRASIL, 1980).

A dificuldade na liberação de recursos estatais para o financiamento é decorrente da estagnação econômica brasileira. Pessanha e Neto (2004), lembram que a partir dos anos 1980 ocorre uma crise nas finanças públicas somado ao problema inflacionário, que desestimula a continuidade dos subsídios. O IAA também vem sendo ameaçado de extinção, e já não apresenta o mesmo aporte financeiro do passado. Os empréstimos internacionais também não são viáveis, devido ao aumento nas taxas de juros.

A partir de 1984, a Usina Santo Amaro começa a apresentar oscilações nos seus resultados, acompanhando a produção total da cidade. Tal situação culmina nos números apresentados no Gráfico 1, onde no ano de 1994 a usina produz somente 5.820 toneladas de açúcar, com 1,5% de participação (PINTO, 1995).

Gráfico 1 — Produção de açúcar em Campos e Usina Santo Amaro (1984 a 1994).

Fonte: Autoria própria com dados de PINTO, 1995.

Com a deterioração do Plano Cruzado em 1987, a situação das usinas fica insustentável. Em 1988 o Jornal do Brasil estima em US\$ 800 milhões as dívidas das centrais açucareiras campistas. Pinto (1995, p. 334) complementa:

"O Plano Cruzado, desmoronando, jogou para o alto os níveis de inflação e por conseguinte de correção monetária. As usinas que haviam apanhado empréstimos para a renovação de maquinário e formação de lavouras, não tiveram como pagar aos bancos. Começaram as execuções forçadas, o retaliamento e a impossibilidade de se recorrer a uma fonte capaz de realizar uma cobertura financeira, como antigamente era comum. O IAA, omissis e em litígio com a classe, fechou os olhos e muitas usinas desistiram de lutar em direção ao futuro."

No início da década de 1990 funcionam dez usinas em Campos, mas a partir de então o quadro passa a ser desanimador para o setor. O IAA havia sido extinto no ano anterior e o governo Collor promove a abertura econômica com o mínimo de intervenção estatal, assim, a situação das usinas impede o aumento da competitividade frente a outros estados produtores.

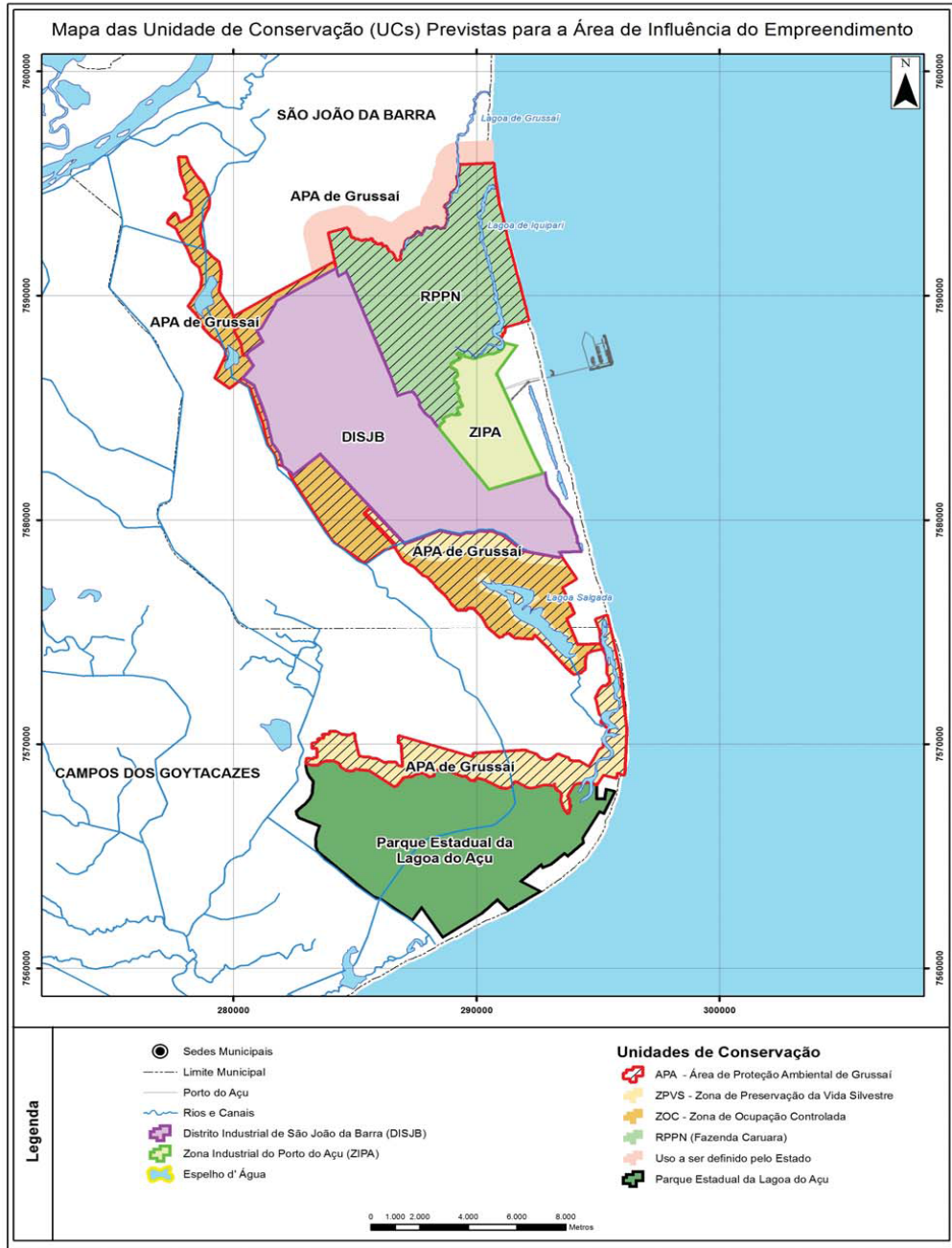
Em 1995, a Cia. Agrícola Baixa Grande deixa de produzir açúcar e álcool e passa a ser fornecedor de cana para outras usinas. No ano de 1998, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupa duas fazendas da companhia, a Ilha Grande e a Marrecas, que posteriormente desapropriadas dão origem aos assentamentos Ilha Grande e Che Guevara, respectivamente. O processo de desmantelamento e insolvência da companhia termina em 1999, quando é decretada a falência da mesma. Atualmente em Campos estão em operação somente três usinas e/ou destilarias - Paraíso, Canabrava e São José (SANTOS, 2011).

Com o desaparecimento da companhia surge uma enorme massa de desempregados. Segundo Ourives (2008), a Santo Amaro chegou a ter 6 mil empregados nos tempos áureos, mas em 1995 esse número era de somente 420. Muitos desses empregados eram moradores do atual 5º distrito de São João da Barra, e mediante a falência da companhia, passaram a dedicar-se a agricultura de subsistência. Atualmente o município de São João da Barra possui 500 propriedades rurais e mais de 2 mil produtores agrícolas, sendo o maior produtor de maxixe e quiabo, e o segundo em produção de abacaxi no estado do Rio de Janeiro (SJB ONLINE, 2012).

Cabe relatar, que a outra relação que a Cia. Agrícola Baixa Grande possui com o município de São João da Barra está diretamente vinculada ao CLIPA, pois as duas fazendas adquiridas pela EBX para implantação do empreendimento pertenceram a companhia, antes de serem desmembradas e vendidas para outros proprietários. A Fazenda Saco D'Antas é onde está sendo construída a Zona Industrial do Porto do Açú (ZIPA). Já a Fazenda Caruara, foi transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) em virtude das exigências do licenciamento ambiental (Figura 2).

Diante do exposto, percebe-se que o declínio do ciclo do açúcar em Campos, mais especificamente da Cia. Agrícola Baixa Grande, favoreceu a implantação do Porto do Açú, graças a inutilização e desvalorização das terras em toda região. Com a compra das duas fazendas (Caruara e Saco D'Antas), iniciou-se o processo de supervalorização e (re) produção do espaço na região do empreendimento.

Figura 2 — Mapa das unidades de conservação previstas para a área de influência do empreendimento com a localização do DISJB, ZIPA e RPPN.



Fonte: Relatório de Impacto Ambiental do DISJB, 2011.

MATERIAL E MÉTODO

Método

Quanto à abordagem, este artigo apresenta características dos tipos de pesquisa qualitativa e quantitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa busca

explicar o porquê das coisas, valendo-se de diferentes abordagens para a compreensão da dinâmica das relações sociais e espaciais. As principais características desse tipo de pesquisa são descrever, compreender e explicar as relações de um fenômeno identificado pelo pesquisador. Já a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para justificar as causas de um fenômeno e as relações entre as variáveis abordadas. Utilizam-se procedimentos estruturados e instrumentos formais para as coletas de dados (questionários), onde os dados recolhidos são analisados por meio de processos estatísticos.

A utilização conjunta dos dois tipos de pesquisa permite ao pesquisador obter mais informações do que se poderia conseguir aplicando-as separadamente.

Como na maioria das pesquisas aplicadas às Ciências Sociais, um dos métodos empregados neste trabalho foi o observacional, pois observaram-se os desdobramentos de um fenômeno que acontece ou já aconteceu, assim como as temporalidades expressas na paisagem. Associado ao método observacional, utilizou-se ainda o método estatístico, já que mediante a utilização de amostragem e coleta de dados foi possível determinar, em termos numéricos, as hipóteses levantadas na elaboração da pesquisa (GIL, 2002).

De acordo com Gil (1999), a pesquisa inserida neste trabalho apresenta níveis exploratório e descritivo. Segundo o autor, as pesquisas exploratórias têm a finalidade de esclarecer conceitos e ideias pouco abordados, esclarecendo e delimitando as variáveis encontradas pelo pesquisador. As pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de uma determinada população e o estabelecimento de relações entre as variáveis, aplicando técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto ao delineamento, foram utilizados os seguintes tipos de pesquisa: bibliográfica, documental, de campo e levantamentos. Na pesquisa bibliográfica foram utilizados livros e artigos científicos com o propósito de compreender melhor as questões referentes ao estabelecimento das centralidades territoriais, os ciclos econômicos e seus rebatimentos na região. Coube a pesquisa documental, explorar os jornais, almanaques, documentos oficiais e mapas da área de estudo. As pesquisas de campo e os levantamentos de dados, possibilitaram observar, analisar e mensurar o processo de reestruturação econômica e espacial que está em curso, assim como resgatar a história local.

Amostragem e coleta de dados

O levantamento de dados da pesquisa foi obtido por meio da aplicação de questionário estruturado, composto por questões dos tipos fechada, aberta e dependente.

Nas idas a campo, realizadas nos meses de maio, junho, julho e agosto de 2014, foram testadas seis versões dos questionários, modificados até atingir o objetivo proposto. A versão final é constituída por vinte e sete questões, divididas em três partes. Nos resultados desse artigo serão utilizadas as respostas de sete questões.

Os questionários foram respondidos pela população residente ou veranista da Vila do Açú, principal comunidade afetada pelas obras de construção do CLIPA. A amostragem empregada foi a do tipo "por acessibilidade ou por conveniência" (GIL, 1999, p. 104), em virtude da resistência dos moradores em responder as perguntas, mesmo após a identificação dos entrevistadores e a exposição sobre o tipo de pesquisa que estava sendo feito. Algumas pessoas relataram que não respondiam aos questionários por temer alguma represália do poder público ou das empresas envolvidas na construção do porto.

Para determinar o número de pessoas entrevistadas empregou-se a seguinte equação apresentada por Agresti e Finlay (2009):

$$n = \pi (1 - \pi) \left(\frac{z}{M}\right)^2$$

Onde n é o número de pessoas entrevistadas; π é a proporção da população; z é o valor da distribuição normal associado ao nível de confiança e M é a margem de erro. No cálculo da equação foram adotados os seguintes valores para as variáveis: proporção (π) igual a 50%, pois resulta numa amostra maior e mais segura; nível de confiança (z) de 95% e margem de erro (M) igual a 7,5%.

A população estimada para a Vila do Açú foi de 2 mil pessoas, o que resultou no número de 158 questionários a serem aplicados.

Material

Para a realização da pesquisa foram utilizados instrumentos corriqueiros a esse tipo de trabalho, como computador portátil provido dos *softwares* necessários, impressora multifuncional colorida, máquina fotográfica e os questionários de pesquisa.

Os deslocamentos para a área de estudo aconteceram tanto com o automóvel da instituição, quanto automóveis particulares, acompanhado pelo professor orientador da pesquisa e/ou demais pesquisadores do NEED.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, serão analisadas as sete questões que têm por objetivo mensurar as relações existentes entre a população de Barra do Açu e as atividades desenvolvidas pela Usina Santo Amaro, principal empresa da Companhia Agrícola Baixa Grande.

Nos estudos de campo que precederam a aplicação dos questionários, eram comuns os relatos das pessoas de que a construção do porto lembrava um outro momento histórico de desenvolvimento da região. Os entrevistados afirmavam que a abundância de empregos era frequente durante os períodos de safra da Usina Santo Amaro.

Através das respostas obtidas nos questionários, constatou-se que a maioria dos entrevistados não trabalhou na usina (Tabela 1), mas em contrapartida, conhecem alguma pessoa da região que trabalhou (Tabela 2).

Tabela 1 — Entrevistados empregados na usina.

Você trabalhou na Usina Santo Amaro?		
Respostas	f	%
Não	133	84%
Sim	25	16%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Tabela 2 - Pessoas conhecidas empregadas na usina.

Conhece alguém da região que trabalhou?		
Respostas	f	%
Sim	104	66%
Não	54	34%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Quanto ao tempo de trabalho (Tabela 3), a maioria dos entrevistados declarou ter desenvolvido atividades remuneradas na usina por até um ano, o que mostra-se compatível com o ciclo da safra da cana de açúcar. Ao serem perguntados sobre o período em que foram empregados, a maioria não recordou-se das datas precisas, mas aqueles que recordaram listaram datas entre as décadas de 1950 e 1990 (Tabela 4).

Tabela 3 — Tempo de trabalho na usina.

Respostas	f	%
Até 1 ano	8	32%
1 a 5 anos	7	28%
6 a 10 anos	4	16%

11 a 20 anos	3	12%
Acima de 20 anos	3	12%
TOTAL	25	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Tabela 4 — Período no qual esteve empregado.

Respostas	f	%
Década de 1950	1	4%
Década de 1960	1	4%
Década de 1970	3	12%
Década de 1980	3	12%
Década de 1990	3	12%
Não se recorda	14	56%
TOTAL	25	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Os vinte cinco entrevistados que trabalharam na Usina Santo Amaro, foram questionados também, quanto a qual ocupação profissional desempenharam enquanto contratados. Conforme relatos dos moradores durante os estudos de campo, a maior parte da população atuava no corte da cana, o que confirmou-se nas respostas passadas. Ainda é válido ressaltar, que somente seis entrevistados atuaram como profissionais qualificados da usina (tratoristas, mecânico e motoristas), os demais exerceram o trabalho pesado da lavoura (Tabela 5).

De acordo com o exposto anteriormente, a partir da década de 1990 a usina iniciou seu processo de declínio, cujo resultado foi a falência decretada no ano de 1999. Após o encerramento das atividades, muitos trabalhadores da região ficaram desempregados e foram obrigados a buscar outras atividades. Os entrevistados listaram diversas ocupações, que vão desde a mão de obra para construção civil e olarias, até mesmo a permanência nas lavouras de cana (Tabela 6).

Tabela 5 — Ocupação profissional na usina.

Respostas	f	%
Cortador de cana	13	52%
Tratorista	4	16%
Plantador de cana	2	8%
Cortador de lenha	2	8%
Mecânico	1	4%
Motorista de caminhão	1	4%
Fornecedor de cana	1	4%
Oleiro	1	4%
TOTAL	25	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Tabela 6 — Ocupação após a falência da usina.

Respostas	f	%
Motorista	4	16%
Oleiro	3	12%
Vendedor no comércio	3	12%
Não se recorda	3	12%
Fornecedor de canas	3	12%
Pedreiro	2	8%

Cortador de cana	1	4%
Servidor militar	1	4%
Caminhoneiro	1	4%
Tratorista	1	4%
Construtor	1	4%
Agricultor familiar	1	4%
Aposentou-se	1	4%
TOTAL	25	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Mesmo passados quinze anos desde a falência da usina, ainda é forte a ligação dos moradores de Barra do Açu e 5º Distrito de São João da Barra, com a localidade campista de Baixa Grande. A maioria dos entrevistados tem parentes ou amigos residindo na localidade (Tabela 7), e ainda mencionam a mesma como referência quando necessitam comprar produtos especializados ou utilizar serviços de saúde e educação.

Tabela 7 — Parentes ou amigos residindo em Baixa Grande.

Respostas	f	%
Sim	92	58%
Não	66	42%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Diante do exposto, perguntou-se aos entrevistados como eles avaliavam a importância da Usina Santo Amaro para a região. Ratificando o que fora observado nas idas a campo e nas conversas durante a aplicação dos questionários, a maioria sinalizou a presença da usina como importante, conforme apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 — Importância da Usina Santo Amaro para a região.

Respostas	f	%
Importante	101	64%
Sem importância	10	6%
Não sabe	47	30%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

A aplicação dos questionários possibilitou um dimensionamento científico das relações socioespaciais da Baixada Campista, construídas pelo ciclo econômico da cana de açúcar, em especial aquelas centradas na Usina Santo Amaro.

CONCLUSÃO

Por meio do levantamento bibliográfico foi possível compreender as relações entre o surgimento das centralidades e os ciclos econômicos na região Norte Fluminense. No decorrer dos anos, a Baixada Campista mostrou-se um campo fértil para o cultivo da cana de açúcar, logo atraiu grande contingente populacional para os arredores dos engenhos, e posteriormente das usinas. Tal atração deu origem a diversas localidades, todas dependentes economicamente da agroindústria açucareira.

As atividades desenvolvidas pela Usina Santo Amaro em Baixa Grande, influenciaram não só as propriedades e população adjacentes a mesma, mas também àquelas pertencentes ao 5º Distrito no município de São João da Barra. As terras pertencentes a Companhia Agrícola Baixa Grande estendiam-se desde os ricos solos de massapê da Baixada Campista até os cordões arenosos no litoral são-joanense.

Com o declínio do ciclo do açúcar na região, a Usina Santo Amaro decreta falência no ano de 1999 e inicia a venda das suas propriedades rurais. A crise do setor sucroalcooleiro desencadeou um processo de desvalorização das terras, fator decisivo para a instalação do complexo portuário em Barra do Açu. As grandes extensões territoriais necessárias para implantação do porto e do distrito industrial foram obtidas por meio da compra das Fazendas Caruara e Saco D'Antas, que conforme exposto pertenceram à Companhia Agrícola Baixa Grande.

Através da aplicação dos questionários, diagnosticou-se que mesmo após o fim do ciclo da cana de açúcar as espacialidades que outrora existiram, permanecem na região. As relações econômicas entre usina e população foram extinguidas, mas as relações espaciais e até mesmo sentimentais, continuam fortes.

Por fim, é válido ressaltar que a implantação do CLIPA já acarreta uma mudança na dinâmica das centralidades na região. As localidades e a população que anteriormente estavam ligadas às atividades desenvolvidas pela Usina Santo Amaro, agora voltam sua atenção para as demandas originadas pela construção e operação do porto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A NOITE. **O assucar em Campos**. Rio de Janeiro, n. 1640, jul. 1916. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/> >. Acesso em: 24 jul. 2013.

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Statistical Methods for the Social Sciences**. Pearson/Prentice Hall, 2009.

ALVARENGA, João de. **Almanak Industrial, Mercantil e Administrativo da Cidade e Município de Campos (Rio de Janeiro) para 1881 e 1882 - Anno primeiro**. Campos: Tipografia do Monitor Campista, 1881.

ALVARENGA, João de. **Almanak Industrial, Mercantil, Administrativo e Agrícola da Cidade e Município de Campos compreendendo também os municípios de S. Fidélis, Macahé e S. João da Barra (Rio de Janeiro) para 1885 - Anno segundo**. Campos: Tipografia do Monitor Campista, 1884.

AZEVEDO, Emar de Maria Vigneron. **Açúcar e álcool em Campos dos Goytacazes**. 2011. Disponível em: < <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3037362>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

BERNARDELLI, M. L. F. H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. P. 33-52.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 17864, jun. 1951. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/> >. Acesso em: 20 jul. 2013.

DIÁRIO OFICIAL. Seção 1, p. 4 a 13, set. 1937. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2323774/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-14-09-1937>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. P. 11-31.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história dos Campos dos Goitacazes**. Rio de Janeiro: Editora Esquilo, 1979.

FRIDMAN, Fania. **O urbano e o regional nos campos das delícias**. XII ENANPUR - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém-PA, 2007.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **O assucar do Estado do Rio no Prata**. Rio de Janeiro, n. 292, out. 1916. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/> >. Acesso em: 24 jul. 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> >. Acesso em: 12 nov. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JORNAL DO BRASIL. **Dificuldades são maiores por necessidade na parte agrícola**. Rio de Janeiro, out. 1980. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/> >. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. **Projetos de irrigação da cana no RJ começam a ser aprovados agora**. Rio de Janeiro, out. 1980. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/> >. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. **Usineiro campista aposta tudo na irrigação**. Rio de Janeiro, fev. 1982. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/> >. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. **De calote em calote, ele vai levando**. Rio de Janeiro, jun. 1988. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/> >. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. **Ex-peões participam de ocupação**. Rio de Janeiro, n. 273, out. 1980. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/> >. Acesso em: 24 jul. 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOPES JÚNIOR, Wilson Martins; SANTOS, Regina Célia Bega dos. **Reprodução do espaço urbano e a discussão de novas centralidades**. Revista Ra'e Ga. Curitiba: Editora UFPR, v. 19, p. 107-123. 2010.

O PAIZ. **Notícias do Estado do Rio**. Rio de Janeiro, n. 11605, jul. 1916. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

OURIVES, Paulo de Almeida. **Reminiscências culturais dos aceiros de cana da Baixada Campista**. Campos dos Goytacazes, 2008. Disponível em: <<http://pauloaourivesnipecreminiscencias.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva. **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes: WTC, 2004.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **O ciclo do açúcar em Campos**. Campos dos Goytacazes: Edição do autor, 1995.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **Um pedaço de terra chamado Campos - sua geografia e seu progresso**. Campos dos Goytacazes: Fundação Jornalista Oswaldo Lima, 2006.

RANGEL, Larissa Carneiro. **O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açúcar e os impactos no sistema de drenagem e na estruturação urbana da região Norte-Fluminense**. Dissertação de Mestrado (Engenharia Ambiental). IFF. Campos dos Goytacazes, 2013.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro, n. 51, dez. 1943. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Na taba dos Goytacazes**. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Priscila Tavares dos. **A "luta com a terra" no projeto de assentamento Che Guevara (RJ): produção e transmissão de conhecimentos entre assentados**. Dissertação de Mestrado (Antropologia). UFF. Niterói, 2011.

SERPA, A. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVEIRA, Karla Augusta. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de SUAPE, Pernambuco**. Dissertação de Mestrado (Gestão e Políticas Ambientais). UFPE. Recife, 2010.

SJB ONLINE. **28 de julho: dia do agricultor**. 2012. Disponível em: <<http://www.sjbonline.com.br/regiaorj/28-de-julho-dia-do-agricultor>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. P. 61-94.

ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, n. 1594, ago. 1956. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

ARTIGO CIENTÍFICO 2

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA: O CASO DA BARRA DO AÇU E O COMPLEXO LOGÍSTICO INDUSTRIAL PORTUÁRIO

RESUMO

A partir da implantação do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú, o município de São João da Barra foi colocado frente à perspectiva de um novo ciclo desenvolvimentista. A escolha da região da Barra do Açú para abrigar o empreendimento ocorreu devido a fatores de ordem fundiária, como a oferta de grandes extensões de terra no litoral sudeste brasileiro, e ao processo de reestruturação da economia mundial e nacional. O processo de descentralização das atividades econômicas rumo ao interior, acarretou também em significativas mudanças nas dinâmicas territoriais e socioambientais desta antiga localidade de características rurais. Sendo assim, o objetivo deste artigo é resgatar as principais transformações que aconteceram em Barra do Açú, anteriormente à instalação do complexo portuário, assim como àquelas decorrentes da implantação do projeto. Para tanto, foram utilizadas as pesquisas dos tipos bibliográfica, documental, de campo e a aplicação de questionários junto à população local. Os resultados obtidos nos questionários foram comparados com antigas pesquisas realizadas na região em estudo, e apontaram mudanças de caráter territorial, social, econômico e ambiental. Os moradores do entorno do complexo aprovam as obras, mas mostram-se preocupados com as alterações no ambiente natural e anseiam por mais investimentos públicos.

Palavras chave: Barra do Açú, Porto do Açú, Transformações territoriais e socioambientais.

ABSTRACT

Based on the implementation of the Industrial Logistics Complex of Açú Port, the municipality of São João da Barra was put front the prospect of a new developmentalist cycle. The choice of Barra do Açú in the area to house the project occurred due the land factors, such as the supply of large extensions of land in the Brazilian southeast coast, and to the restructuring of the global and national economy process. The decentralization of economic activities towards the interior, also resulted in significant changes in the territorial and socio-environmental dynamics of this ancient village of rural characteristics. Thus, the purpose of this article is to rescue the main changes that have happened in Barra do Açú, prior to installation of the port complex, as well as those resulting from project implementation. Thus, we used the research of literature types, documents, fields research and questionnaires with the local population. The results obtained in the questionnaires were compared with old research performed in the the study area and identified territorial, social, economic and environmental changes. The residents of the complex around approve the works, but are concerned with the changes in the environment and crave for more public investment.

Key words: Barra do Açú, Açú Port, Territorial and socio-environmental changes.

INTRODUÇÃO

Após anos de estagnação econômica devido à crise no setor sucroalcooleiro e a atual dependência dos *royalties* do petróleo, o município de São João da Barra viu-se diante de uma nova perspectiva de desenvolvimento. A partir de 2007 iniciaram-se as obras de construção do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA), empreendimento que trouxe grandes perspectivas e esperanças para os são-joanenses.

Segundo Endlich (2013), os avanços técnicos e as reestruturações do sistema capitalista dão origem a um processo de desconcentração espacial das atividades econômicas, viabilizando cenários de desenvolvimento de áreas não densamente povoadas ou áreas afastadas das metrópoles. Com o desenrolar dos investimentos e a fixação do capital nestes

territórios anteriormente isolados, ocorre o predomínio da mentalidade econômica sobre as antigas relações territoriais e socioambientais.

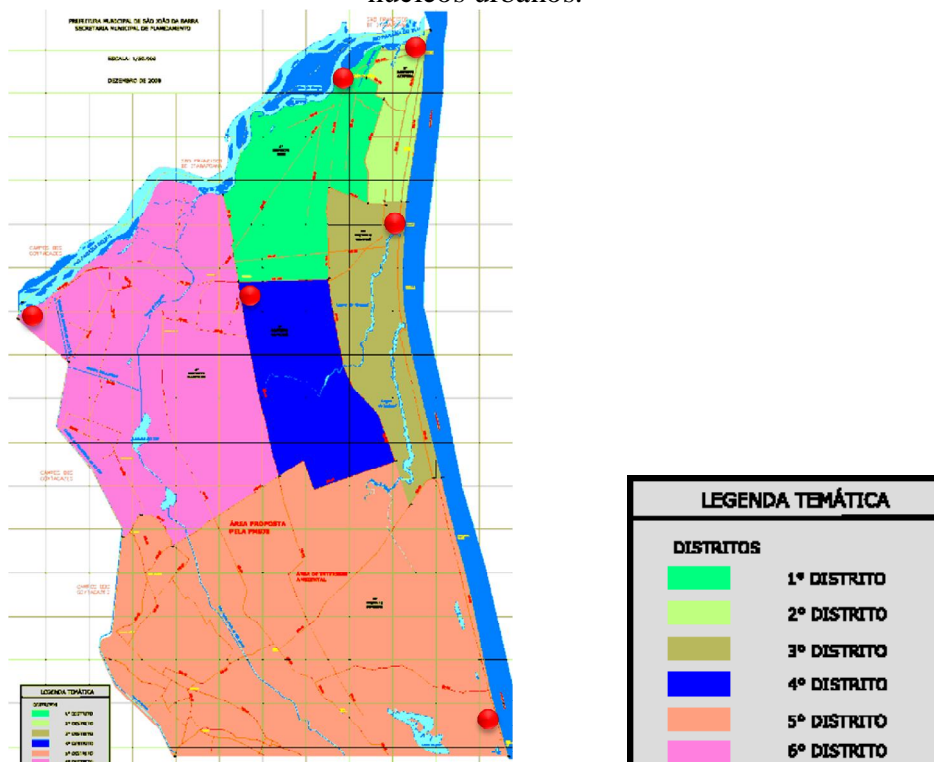
Coutinho (2009), ressalta que apesar da implantação do porto gerar grandes expectativas por parte da população, empreendimentos de tal porte trazem consigo uma série de impactos de ordens ambiental, social, econômica e territorial.

Diante do exposto, este artigo tem por objetivo resgatar as principais transformações territoriais e socioambientais da localidade da Barra do Açu. Pretende-se fazer também uma avaliação da construção do complexo portuário e seus rebatimentos junto à população local. Tais mudanças foram listadas a partir da revisão da literatura, assim como através da aplicação de questionários estruturados em conjunto com os moradores da região em estudo.

SÃO JOÃO DA BARRA: UM MUNICÍPIO POLICENTRALIZADO

O município de São João da Barra divide-se em seis distritos, respectivamente: Sede, Atafona, Grussaí, Cajueiro, Pipeiras e Barcelos (Figura 1).

Figura 1 — Divisão distrital do município de São João da Barra com indicação dos principais núcleos urbanos.



Fonte: Prefeitura de São João da Barra, 2008 com edição do autor.

O primeiro distrito, o Distrito Sede, contempla a área de formação urbana original do município, sempre ligada as atividades portuárias nas margens do Rio Paraíba do Sul. No Distrito Sede, os vetores de desenvolvimento urbano ocorrem nos sentidos leste e sul, em função da atividade político administrativa, mesclando assim uma expansão urbana com loteamentos irregulares (Figura 2). A urbanização a partir do centro histórico vem ocorrendo aos “saltos” provocando vazios urbanos, elevando o custo da infraestrutura e valorizando grandes áreas de terra no perímetro urbano, principalmente as lindeiras à BR-356 (PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BARRA *et al*, 2006).

Figura 2 — Bairro Chatuba, loteamento irregular no núcleo urbano da Sede.



Fonte: Acervo pessoal, 2011.

Localizado na foz do Rio Paraíba do Sul, o segundo distrito (Atafona), caracteriza-se pela urbanização do tipo "segunda residência", com população que afluí intensamente no verão e muito pouco no inverno. No local estão instalados o terminal pesqueiro do município, a tradicional comunidade de pescadores e as atividades de apoio a pesca. Desde a década de 1950 o encontro do Rio Paraíba do Sul com o mar vem sofrendo um processo erosivo em sua linha de costa (Figura 3), tal processo reorienta a ocupação do território, desvalorizando as terras mais próximas do local da erosão e induzindo à procura para as terras mais ao sul. Com o fenômeno foram criados loteamentos para abrigar a colônia de pescadores, e em decorrência deste foram impulsionados o surgimento de loteamentos não cadastrados e regulamentados pelo poder público, além do intenso processo de desmembramento de grandes terrenos, que

aumentou o adensamento local. Atafona ainda apresenta uma série de instalações ligadas ao turismo, como hotéis, pousadas, bares e restaurantes, que funcionam durante todo ano (PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BARRA *et al*, 2006).

Figura 3 — Processo erosivo em Atafona.



Fonte: Site Campos 24 horas, 2014.

Ao circular pelos bairros de Atafona, é possível notar a diferença entre aqueles ocupados pelos pescadores e os demais, de tal modo, identificam-se quatro divisões no núcleo urbano. Os bairros do Centro e Meireles, são os que apresentam maior concentração de estabelecimentos comerciais e as residências mais antigas, esta é a área que foi inicialmente ocupada pelos veranistas. Os pescadores e suas famílias residem em grande parte nos bairros CEHAB e Pontal de Atafona, onde também estão instalados os equipamentos necessários para a cadeia produtiva da pesca como frigoríficos, fábricas de gelo e pequenos estaleiros. A população mais carente encontra-se nos bairros Carrapicho, Coréia, Vila Esperança e Baixada, nos quais é visível a precariedade dos serviços públicos e infraestrutura. A região típica de veraneio é aquela situada nos bairros Balneário e Chapéu do Sol, que durante o inverno ficam praticamente vazios (ECOLOGUS E AGRAR, 2011).

Grussaí, o terceiro distrito, é outro balneário ligado diretamente à sede, é também de ocupação sazonal, sendo muito procurado no período de férias, mais intensamente no verão. No inverno a localidade recebe grande contingente de mineiros e turistas que utilizam as dependências do complexo do Serviço Social do Comércio Mineiro (SESC Mineiro).

Apresenta uma ocupação e estruturação do solo urbano em diversas frentes: centrada na Avenida Liberdade, importante corredor de comércio e serviços; em direção ao mar; mais recentemente, a partir da década de 1980 e 1990, a oeste no loteamento Renam e ao sul no loteamento Telê (Figura 4). Tais vetores de expansão urbana levam a um crescimento irregular até a Lagoa de Iquipari (PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BARRA *et al*, 2006).

Figura 4 — Ocupação urbana próxima às margens da Lagoa de Grussaí.



Fonte: Blog do Roberto Moraes, 2013.

O quarto distrito, Cajueiro, possui o núcleo urbano localizado às margens da rodovia BR-356 (Figura 5). Sua posição é estratégica, pois está no entroncamento de diversas estradas municipais como a Estrada do Galinheiro, via de acesso ao Quinto Distrito e a Estrada do Pedregal, que vai até o Distrito Sede. É popularmente conhecido como o "meio do caminho" até os balneários e a sede municipal, e tem o comércio como principal atividade econômica. A partir da implantação do complexo logístico, o distrito de Cajueiro inseriu-se em um processo de valorização imobiliária devido a fácil circulação até o porto e ao município vizinho de Campos dos Goytacazes.

Figura 5 — Núcleo urbano de Cajueiro junto à rodovia BR-356.



Fonte: Google Earth, 2014.

Na porção sul do município, fazendo divisa com Campos dos Goytacazes, está o quinto distrito, Pipeiras. Distrito com fortes características rurais, cuja composição territorial é de pequenas propriedades. No quinto distrito encontra-se a Barra do Açu ou Vila do Açu e as instalações do CLIPA (Figura 6). A praia também é muito procurada pelos moradores da Baixada Campista e a dependência econômica da cidade de Campos é notável, não apenas no que toca ao comércio e saúde, mas, sobretudo pela maior facilidade de transporte para Campos do que para outras regiões do município. Devido a grande extensão territorial, o distrito é o principal responsável pela produção agrícola do município de São João da Barra, destacam-se na paisagem as lavouras de abacaxi, quiabo e maxixe (PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BARRA *et al*, 2006).

Barcelos é o sexto distrito do município. Surgiu em função da usina criada pelo Barão de Barcelos, no ano de 1888 (Figura 7). Distrito que apresenta características urbanas, em função da prevalência das atividades da usina e congrega uma população rural composta de lavradores que trabalham no cultivo da cana-de-açúcar (ECOLOGUS E AGRAR, 2011; OSCAR, 1976).

Figura 6 — Barra do Açu ou Vila do Açu.



Fonte: Prefeitura de São João da Barra, 2014.

Figura 7 — Usina Barcelos.



Fonte: Paulo Noronha, 2013.

Conforme observado na descrição dos distritos, o município de São João da Barra apresenta uma configuração urbana do tipo policentralizada, típica dos municípios com forte atividade agrícola, onde cada núcleo urbano possui suas próprias características, existindo às vezes o mínimo de ligação entre tais partes. Este modelo de ordenamento é resultado da

descentralização da agricultura pelo território, já que as grandes extensões de terra geram a necessidade de núcleos urbanos de apoio próximos aos trabalhadores.

No próximo tópico, serão apresentados os aspectos históricos e as particularidades territoriais da Barra do Açu, núcleo urbano mais próximo do CLIPA.

BREVE HISTÓRICO DA BARRA DO AÇU

Apesar do atual *boom* econômico, o processo de ocupação da região de Barra do Açu não é novo. Monteiro (1996), destaca que o processo iniciou-se entre os séculos XVI e XIX, pois a costa litorânea foi o principal caminho para a entrada dos colonizadores na região norte fluminense.

Oscar (1976), destaca que desde os tempos remotos, os comandantes de barcos e navios conheciam a praia do Açu devido a presença de seus baixios e bancos de areia, responsáveis por uma série de naufrágios. Segundo o autor, há informações sobre a existência de velhos galeões portugueses afundados na costa são-joanense no ano de 1570.

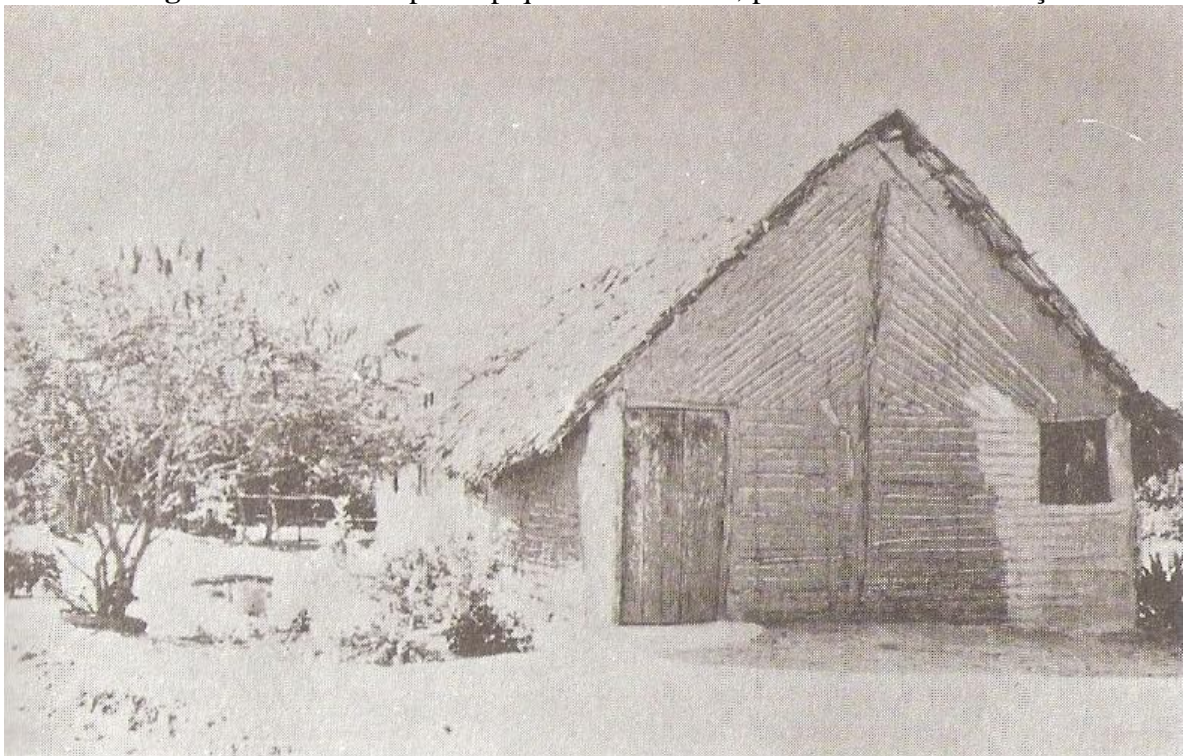
No século XVI, a porção de terras ao sul do Rio Paraíba do Sul pertencia a Pero de Góis, donatário da Capitania de São Thomé. A seguir, parte das propriedades foi incorporada ao patrimônio da ordem beneditina, responsável pela catequese dos índios goitacás que habitam a restinga e os alagadiços litorâneos. Os beneditinos deixaram uma marca profunda na região, caracterizada pela presença do grande mosteiro-fazenda construído a oito quilômetros de Barra do Açu, que foi a sede da propriedade que estendia-se por várias dezenas de quilômetros do litoral. Com a chegada dos jesuítas, as vendas sucessivas de terras e as invasões dos posseiros, a imensa fazenda dos beneditinos foi ficando cada vez menor (LUBATTI, 1979).

Através de informações obtidas por depoimentos de moradores locais e entrevistas não estruturadas, realizadas pelo pesquisador Luiz de Pinedo Quinto Jr. e também contadas por Gilberto Paes Rangel (antigo diretor da Escola Técnica Federal de Campos- ETFC), a Vila do Açu teve sua origem como uma área de isolamento para leprosos, ou seja, o local onde os portadores de hanseníase no século XIX e início do século XX viviam isolados. Provavelmente, a origem deste grupo de leprosos esteja relacionado com a presença dos beneditinos, que dentro da política social da igreja sempre buscaram auxiliar dois grupos sociais ameaçados: os órfãos e os portadores de hanseníase.

De acordo com Monteiro (1996), até a década de 1940, as localidades próximas a Barra do Açu apresentavam poucas propriedades. Em 1924, existiam apenas cinco casas na região. Após sucessivos espólios, tais propriedades originaram a formação de pequenos sítios e a construção de novas residências. No ano de 1935, havia na praia uma casa de alvenaria, um velho sobrado e algumas casas de palha. O crescimento era lento, em 1946 existiam três casas de alvenaria e aproximadamente 100 casas de palha. No final da década de 1940, eram poucas as famílias que passavam os finais de semana na praia, algumas delas ficavam numa pensão e outras nas choupanas alugadas. Em 1960, as casas de alvenaria somavam pouco mais de uma dezena, e restavam vinte e cinco casas de palha.

No final da década de 1970, o Açu tinha em torno de cinquenta casas, umas de pau-a-pique cobertas de sapê (Figura 8) e outras já com coberturas de telhas. As residências eram bem afastadas umas das outras, e cercadas por plantações. Havia uma única linha de ônibus que, três vezes ao dia, ligava a localidade à cidade de Campos dos Goytacazes (LUBATTI, 1979).

Figura 8 — Casa de pau-a-pique em Marrecas, próximo à Barra do Açu.



Fonte: LUBATTI, 1979.

A partir da década de 1980, a quantidade de domicílios cresceu em Barra do Açu, conforme relata Monteiro (1996, p. 40):

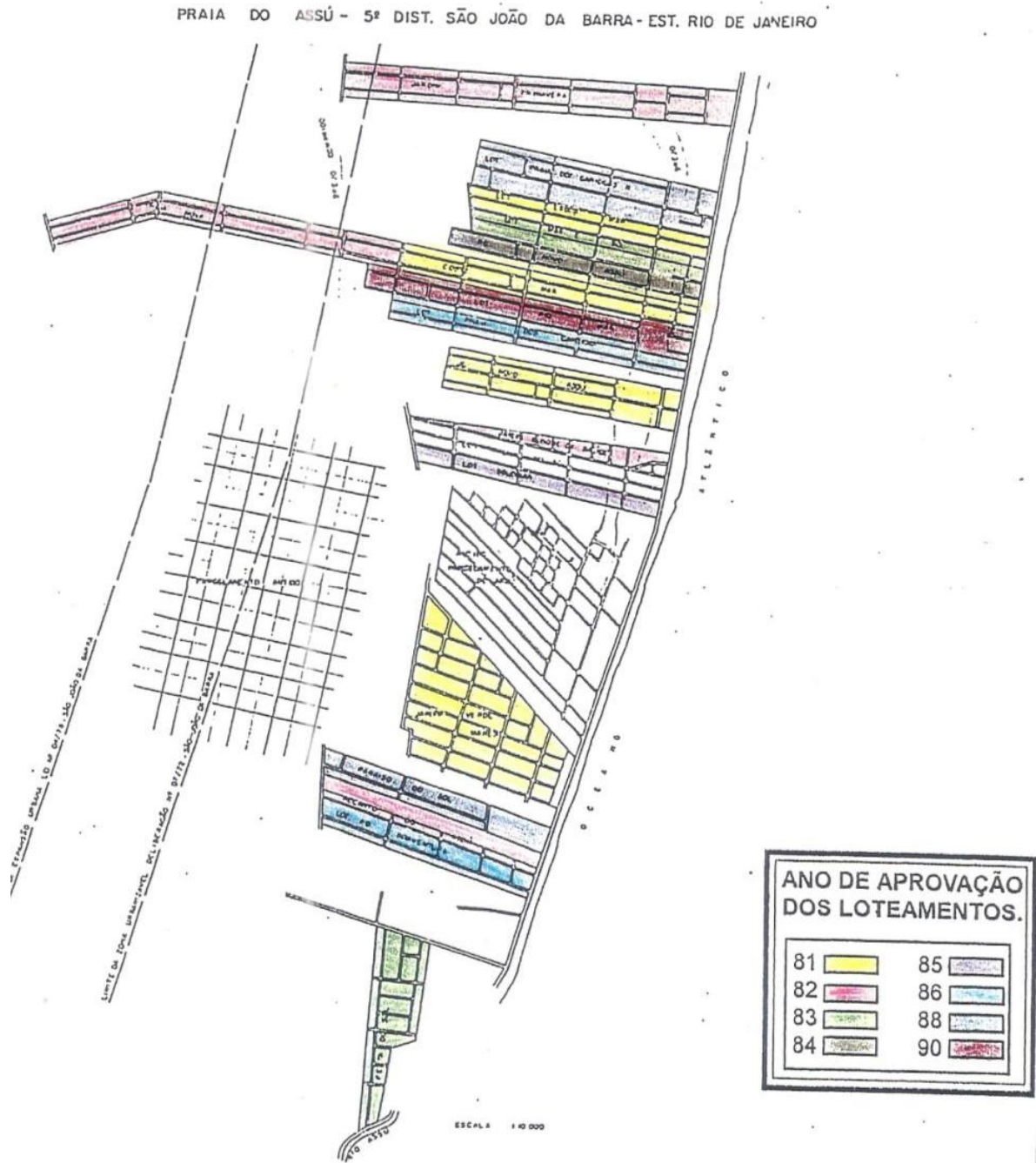
"Entre 1980 e 1991, a quantidade de domicílios, no Açu, cresceu 106,6%, representando um crescimento médio anual de 9,69%, incremento significativo para uma localidade que possuía um contingente populacional relativamente pequeno.

O número de imóveis, efetivamente ocupados, também cresceu acentuadamente, elevando-se de 40 para 130, em 1991, com um crescimento da ordem de 225%, ou 20,45% ao ano."

O aumento no número de imóveis, explica-se pelo processo de parcelamento do solo na praia, que teve fase áurea na década de 1970, onde a compra e venda dos lotes era efetuada diretamente com os proprietários das terras. A ausência de fiscalização por parte do poder público e a estrutura fundiária de origem colonial que parcelava a terra a partir de uma estreita faixa junto ao mar, possibilitou aos loteadores parcelar suas terras sem nenhum critério técnico, o que deu origem a um desenho urbano completamente irregular caracterizado por ruas sinuosas e estreitas, lotes formando ângulos agudos e obtusos e a disseminação de vielas para acessar as construções (MONTEIRO, 1996).

A partir da década de 1980, o processo de parcelamento do solo passou a ser realizado também por empresas imobiliárias, intensificando a produção dos lotes e sua comercialização na região (Figura 9). O interesse das imobiliárias, pode ser relacionado ainda, com a descoberta de petróleo no litoral fluminense e a expectativa diante de uma futura valorização das terras, tão logo o governo federal realizasse os investimentos necessários, fato este que não se concretizou. Soma-se a este fator, o alto valor dos terrenos e do custo de vida praticados nas demais praias da região, como Atafona, Grussaí e Farol de São Thomé. Na época, o número de lotes vendidos pelas imobiliárias somavam uma quantidade de 3.717 em 17 empreendimentos, enquanto nos loteamentos não regularizados o número era de aproximadamente 1.300 unidades (MONTEIRO, 1996).

Figura 9 — Loteamentos aprovados em Barra do Açu entre 1981 e 1990.



Fonte: MONTEIRO, 1996.

A partir da implantação do CLIPA, o mercado imobiliário novamente mostrou-se aquecido na região em estudo. O valor dos imóveis subiu vertiginosamente, assim como o número de famílias que os venderam ou alugaram. Também é possível observar, que tanto o processo de parcelamento do solo, como a construção de novos empreendimentos acontece sem a devida fiscalização do poder público, intensificando-se assim antigos problemas.

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DO AÇU

No início dos anos 2000, mais precisamente a partir de 2003, após décadas de estagnação econômica, o Brasil inicia o processo de retomada do crescimento, baseado numa mudança da conjuntura econômica mundial onde a China e os países denominados Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan), passam a ser grandes consumidores de *commodities* como minério de ferro, soja e insumos agrícolas. Ao mesmo tempo que a economia dos países do Hemisfério Norte começavam a apresentar traços de estagnação, culminando com a crise do sistema financeiro americano em 2008, o Brasil e os demais BRICS (abreviatura para o grupo de países composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) alavancam um novo ciclo de crescimento da economia e das exportações.

No âmbito das políticas internas, o Brasil adotou políticas keynesianas¹ como forma de distribuição de riqueza e justiça social, e apostou na exportação de *commodities* a fim de manter o superávit da balança comercial. Pessanha *et al* (2013) exemplificam as decisões na retomada dos investimentos como o Porto de Suape, em Pernambuco, e os programas sociais como o Programa Bolsa Família. Tais exemplos são uma nítida intenção de prover o país de uma nova e diversificada base de desenvolvimento, assim como na melhoria da renda das camadas mais pobres.

O processo de retomada econômica trouxe à tona conhecidos problemas de infraestrutura, como os gargalos no sistema logístico-portuário nacional, típicos dos ciclos de crescimento da economia brasileira que ocorrem desde a segunda metade do século XIX, onde a infraestrutura só é reorganizada e ampliada após seu colapso. Dentro dessa conjuntura de aumento das exportações de *commodities* e da necessidade de novos terminais portuários, inicia-se a construção do CLIPA, no município de São João da Barra.

No ano de 1999, a Secretaria Estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo, dá início aos estudos para a construção de um terminal portuário e de apoio *offshore* para a Petrobrás a ser localizado no Norte Fluminense, junto à Bacia de Campos. Segundo Victor (2010), a ideia inicial de um porto estruturado para os granéis líquidos e apoio *offshore*, foi aperfeiçoada para também agregar a movimentação de granéis sólidos e contêineres. Após a realização de

¹ John Maynard Keynes, economista britânico, foi defensor da ação intervencionista do Estado na economia, com o objetivo de coordenar e estabilizar a dinâmica interna em situações de crise ou rápido crescimento (TERRA E FERRARI FILHO, 2012).

estudos de batimetria no litoral Norte Fluminense, chegou-se a conclusão que a região do Açú apresentava grande potencial para a viabilização do empreendimento, sendo necessária a construção de um extenso píer em direção ao oceano, aproveitando o elevado calado para a movimentação de grandes navios.

A partir da escolha do local, o então governador Anthony Garotinho, publicou o decreto nº 25.455 em 28 de junho de 1999. O referido decreto declarou como de utilidade pública, para fins de desapropriação, quatro áreas de terras desmembradas do imóvel rural denominado Fazenda Saco D'Antas. Victer (2010), ainda registra a aprovação de uma lei que delegava ao Estado do Rio de Janeiro o investimento de 33% do valor do projeto, como forma de alavancar a construção do porto.

No dia 1º de setembro de 2000, em reunião pública realizada na Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC), foram divulgados os resultados dos primeiros estudos técnicos de engenharia que apontaram a viabilidade de construção do porto no Açú. Os relatórios que custaram US\$ 500 mil ao governo estadual, também confirmaram a localização do terminal portuário em frente à Fazenda Saco D'Antas, conforme previsto no decreto de 1999 (PESSANHA *et al*, 2013).

Mesmo com os investimentos iniciais prometidos, o projeto do porto não foi aceito pela Petrobrás, e conseqüentemente pelas empresas da iniciativa privada que haviam se mostrado interessadas. A partir desse momento, já no ano de 2004, ocorre o redirecionamento do projeto para o setor de granéis sólidos, em especial o minério de ferro. As negociações então são feitas com a Vale, que também não mostra-se interessada no projeto (VICTER, 2010).

Após as recusas feitas pela Petrobrás e pela Vale, o então secretário Wagner Victer, autorizado pela governadora Rosinha Garotinho, entrega o projeto ao empresário Eike Batista. Cabe lembrar, que essa transferência do projeto para um novo investidor contou com a interferência de Eliezer Batista, ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce, pai do empresário Eike Batista e também membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (CDES-RJ), órgão consultivo que acompanhou desde o início os estudos de implantação do porto. Em 27 de dezembro de 2006 é colocada a pedra fundamental da construção do porto, mas as obras são efetivamente iniciadas em março de 2007 (PESSANHA *et al*, 2013).

A partir de então, sob a coordenação do Grupo EBX, o projeto do porto passa novamente por uma reformulação, adequando-se a nova realidade de se agregar atividades industriais à atividades portuárias. Esta nova concepção, denominada *MIDAS (Maritime*

Industrial Development Areas), encontrou no Porto do Açú a ambiente ideal para sua implantação.

Sabe-se que dentro das estruturas portuárias do tipo *MIDAs*, são necessárias extensas retroáreas para a construção dos distritos industriais e dos terminais de contêineres, algo quase impossível de se encontrar no litoral sudeste brasileiro. Diante disso, Quinto Jr. *et al* (2011), ressaltam um outro aspecto importante na escolha do município de São João da Barra para a instalação do complexo portuário industrial: a questão fundiária.

O declínio do ciclo do açúcar em Campos provocou a desativação e desvalorização de diversas áreas rurais em toda região, permitindo ao Grupo EBX a compra de duas fazendas de uma só vez, a Caruara e a Saco D'Antas. As fazendas somam uma área total de aproximadamente 98 km² e a suas aquisições foram o fator decisivo para estruturar todo o empreendimento (QUINTO JR. *et al*, 2011).

Desde a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do complexo, várias mudanças ocorreram no escopo inicial do projeto, como a mudança do uso da fazenda Caruara para Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) (Figura 10). Este condicionante do governo estadual surgiu devido a necessidade de preservar parte da restinga remanescente do litoral norte fluminense, ameaçada pelo processo de urbanização em Grussaí e em Barra do Açú. Por representar grande parte da área inicialmente prevista para o projeto, foi necessária uma articulação da *holding* com o governo do estado do Rio de Janeiro, objetivando não desfalcicar todo o empreendimento. O resultado desta aproximação deu origem ao projeto do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), implantado pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), que vem provocando uma série de desapropriações de pequenas propriedades rurais.

Figura 10 — Localização da fazenda Caruara e entorno.



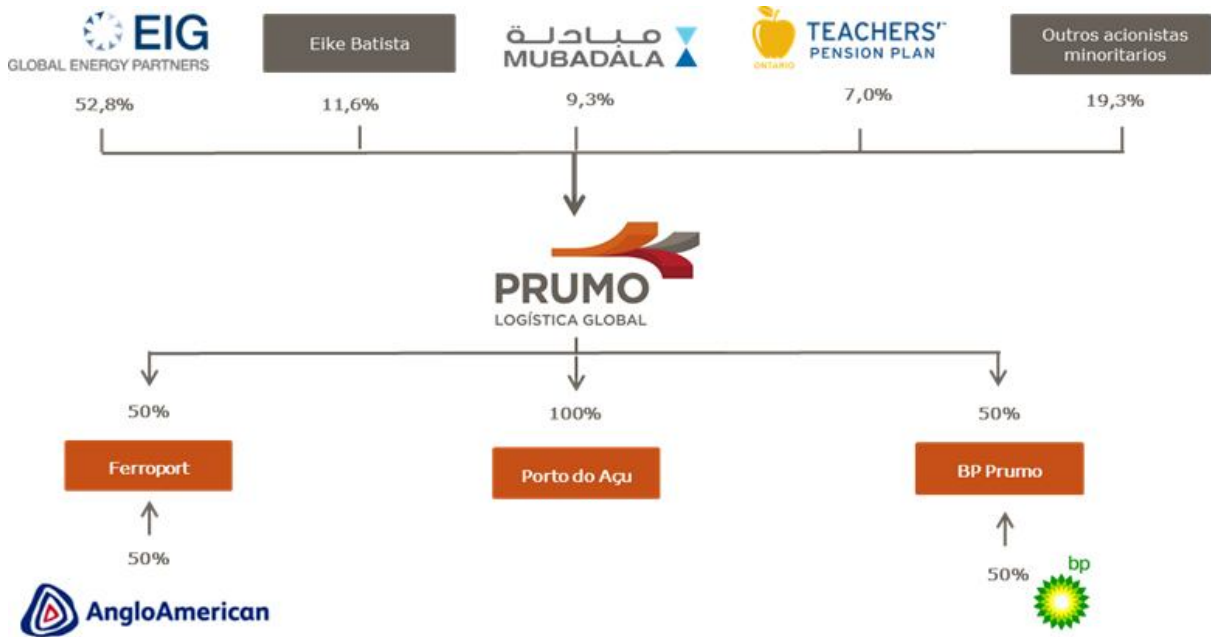
Fonte: RIMA DISJB, 2011.

Segundo Moreno (2014), a partir de junho de 2012 iniciou-se a crise nas empresas do empresário Eike Batista, e conseqüentemente, em muitos dos seus projetos. No referido mês, a *holding* do empresário recebeu um comunicado de que a produção de petróleo da OGX Petróleo e Gás Ltda. (OGX) estava 50% abaixo das previsões estimadas, o que prejudicou toda a avaliação a respeito da companhia por parte do mercado.

Os investidores passaram a ter um olhar cético sobre o grupo, a medida que os problemas iam acontecendo e as empresas mudavam de acionistas ou entravam em recuperação judicial por conta das enormes dívidas. A LLX Logística, que geria o porto do Açú, teve o controle acionário repassado para o Grupo EIG em setembro de 2013, após a assinatura de um contrato de investimentos no valor de R\$ 1,3 bilhão. Em dezembro do mesmo ano, a LLX Logística passou a chamar-se Prumo Logística Global (MORENO, 2014).

Na atual estrutura de capital da Prumo, o empresário Eike Batista detém 11,6% de participação e o Grupo EIG 52,8%. Outros sócios também participam dos projetos, conforme observado na Figura 11.

Figura 11 — Estrutura de capital da Prumo Logística Global.



Fonte: Prumo Logística, 2014.

Atualmente, a empresa continua seus investimentos na construção do porto do Açú. No dia 25 de outubro de 2014 foi realizado o primeiro carregamento de minério de ferro. Um total de 80 mil toneladas do produto foram embarcadas com destino a China. O carregamento deste primeiro navio é um marco para a história do porto e da região, pois concretiza os investimentos e especulações realizados nos últimos quinze anos (1999 a 2014), assim como torna irreversíveis as mudanças que já acontecem no entorno do CLIPA.

A reestruturação do Grupo EBX em função da falência da OGX, que acabou repercutindo nas outras empresas da *holding* e a diminuição do valor das commodities no mercado internacional provocou uma nova reestruturação no projeto. As indústrias siderúrgicas e cimenteiras foram abortadas, porém as empresas que estão se instalando no complexo retomam à concepção original desenhada no final da década de 1990, que era de um porto de apoio às atividades *offshore* na Bacia de Campos.

AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS NO ENTORNO DO CLIPA

De acordo com Carvalho *et al* (2010), o CLIPA é um poderoso agente de reestruturação espacial, devido ao impacto que provocará através da conversão do uso da terra de rural para industrial em São João da Barra. Na atualidade, as grandes corporações financiadas pelo capital financeiro, como a empresa Prumo Logística Global, são as responsáveis por esse fenômeno, pois induzem a descentralização industrial das metrópoles rumo ao interior.

Com a aprovação do DISJB, intensificaram-se as mudanças territoriais no município através da apropriação forçada das pequenas propriedades rurais realizadas pela CODIN. Rodrigues (2012), afirma que os aspectos econômicos e físicos do município acabaram por dar respaldo a tais ações governamentais, e estas emergiram na tentativa de criar um novo rumo para a economia municipal que encontrava-se estagnada por muitos anos devido a crise na produção açucareira.

Segundo dados da Associação dos Proprietários de Imóveis e Moradores do Açú, Campo da Praia, Pipeiras, Barcelos e Cajueiro (ASPRIM), os decretos de desapropriação publicados pelo governo estadual afetarão, quando totalmente cumpridos, cerca de 1.500 lotes de terra pertencentes a pequenos agricultores e pescadores. A associação também denuncia a situação dos proprietários que ainda resistem as ordens judiciais, pois os mesmos têm se sentido intimidados por agentes de segurança privados e por policiais militares, que frequentemente são vistos rondando suas propriedades em qualquer hora do dia e da noite sem motivo justificado.

A ASPRIM move diversas ações contra a CODIN, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o ex-governador Sérgio Cabral, o empresário Eike Batista e suas empresas. Tais ações reivindicam a revisão do licenciamento ambiental do CLIPA, maior transparência na divulgação de informações sobre os processos de desapropriações e a reversão de algumas desapropriações, já que o empreendimento enfrenta uma série de dificuldades para sua total realização (BBC BRASIL, 2013).

Outros conflitos socioambientais dizem respeito às alterações diretas no meio natural, como a dificuldade dos pescadores em manter suas atividades, já que as obras do porto afugentaram uma enorme quantidade de espécies de peixes e camarões, e limitaram a navegação das pequenas embarcações pesqueiras. A salinização das terras e água dos corpos

hídricos foi outra consequência bastante polêmica em torno da construção do CLIPA, assim como a interferência no sistema de canais de macrodrenagem da região (RANGEL, 2013).

Apesar dos impactos negativos provocados pela implantação do projeto, muitos moradores do 5º Distrito são-joanense criaram expectativas e investiram na prestação de serviços para os trabalhadores do complexo, e agora, são os que mais anseiam pelo sucesso do empreendimento. Diante dos dados apresentados, é possível identificar a existência de dois grupos de moradores que vivem no entorno do CLIPA: os que foram atingidos pelos impactos negativos (desapropriações, salinização, limites na pesca, entre outros), e os que usufruem do aumento da população e da circulação de renda.

A interface com a população local através de pesquisas de campo é indispensável para avaliar as mudanças que ocorreram em Barra do Açu desde a década de 1990, antes das conversas sobre a implantação de um porto na região, até o momento atual de consolidação dos investimentos.

MATERIAL E MÉTODO

Método

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), quanto à abordagem, a pesquisa realizada neste trabalho apresenta características tanto qualitativas, como quantitativas. A pesquisa qualitativa preocupa-se com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, que neste caso foi a população de Barra do Açu, ilustrando as informações obtidas e produzindo novas informações. Ainda segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, ou seja, uma abordagem mais profunda das relações, processos e fenômenos identificados pelo pesquisador.

Por outro lado, a pesquisa realizada exibe um perfil quantitativo devido a utilização de procedimentos estatísticos e instrumentos formais, como os questionários, para as coletas de dados. Além disso, enfatiza o raciocínio dedutivo através da quantificação da experiência humana. A aplicação dos dois tipos de pesquisa proporciona ao pesquisador a chance de obter mais dados do que quando as emprega separadamente (GERHARDT E SILVEIRA, 2009).

Segundo Gil (1999), as pesquisas sociais costumam utilizar um conjunto de métodos científicos. Neste trabalho, os métodos adotados foram o observacional, pois observaram-se o perfil e as expectativas da população quanto a implantação do CLIPA; o estatístico, devido a

aplicação do cálculo de amostragem e a coleta formal de dados através de questionários; e o comparativo em virtude do estudo de um mesmo grupamento social separado por um período de tempo. Ainda sobre o método comparativo, Lakatos e Marconi (2003) explicam que este método contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano frente a um dado fenômeno, verificando similaridades e divergências.

Os dados obtidos na aplicação dos questionários foram comparados com aqueles apresentados nas seguintes publicações:

a) MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes. **Acesso a terra urbana em área de veraneio: análise da produção do espaço na Praia do Açú/RJ**. Dissertação de Mestrado (Planejamento Urbano). UNB. Brasília, 1996.

A pesquisa desenvolvida por Monteiro entre 1994 e 1996, trata da produção do espaço em Barra do Açú desde a ação inicial dos proprietários de terra até a atuação do capital imobiliário. O autor diagnosticou o perfil da população local, assim como sua relação com o ambiente natural recém ocupado pelos loteamentos imobiliários. A utilização dos dados desta publicação mostra-se relevante devido a descrição do espaço antes das transformações e especulações oriundas da implantação do CLIPA.

b) RANGEL, Larissa Carneiro. **O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú e os impactos no sistema de drenagem e na estruturação urbana da região Norte-Fluminense**. Dissertação de Mestrado (Engenharia Ambiental). IFF. Campos dos Goytacazes, 2013.

Esta pesquisa realizada por Rangel entre 2011 e 2013, aborda os impactos decorrentes da implantação do complexo portuário do Açú principalmente no que relaciona-se ao sistema de macrodrenagem da região. A pesquisadora analisou ainda, a percepção dos moradores residentes no entorno do complexo diante das transformações em trânsito, sinalizando assim a relevância dos dados obtidos.

Para atingir os objetivos propostos nos métodos científicos apresentados, os níveis de pesquisa utilizados neste artigo foram os de caráter exploratório e descritivo. As pesquisas exploratórias têm por finalidade desenvolver, esclarecer ou modificar conceitos e ideias previamente estabelecidos, proporcionando uma visão geral dos fenômenos abordados. As descritivas, têm por objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis identificadas pelo pesquisador (GIL, 1999).

Quanto ao delineamento e planejamento, foram empregados os seguintes tipos de pesquisa: bibliográfica, documental, estudos de campo e levantamentos de dados. O

levantamento bibliográfico teve por objetivo compreender o processo de divisão espacial do município de São João da Barra, a formação da comunidade de Barra do Açu, assim como as transformações territoriais e socioambientais decorrentes da implantação do CLIPA no local. Coube a pesquisa documental analisar jornais, *blogs* e mapas da região em estudo. Os estudos de campo e os levantamentos de dados, deram suporte para a análise e comparação tanto dos impactos que ocorreram e ainda ocorrem, assim como o perfil da população local.

Técnica de amostragem e coleta de dados

A obtenção dos dados utilizados na pesquisa ocorreu através da aplicação de questionário estruturado, composto por questões dos tipos abertas, fechadas e dependentes.

As idas a campo foram realizadas durante os meses de Maio, Junho, Julho e Agosto de 2014. Após seis modificações, a versão final do questionário é constituída por vinte e sete questões, divididas em três partes. Nos resultados deste artigo serão utilizadas as respostas de vinte questões.

Quanto ao público entrevistado, os questionários foram respondidos pela população residente ou veranista de Barra do Açu. A amostragem empregada foi a do tipo "por acessibilidade ou por conveniência" (GIL, 1999, p. 104), devido a resistência dos moradores em responder as perguntas, mesmo após a identificação dos entrevistadores e a exposição sobre o tipo de pesquisa que estava sendo feito. De acordo com relatos dos moradores, esta dificuldade ocorreu por conta do medo de alguma represália do poder público ou das empresas envolvidas na construção do porto.

Com o objetivo de determinar o número de pessoas entrevistadas, empregou-se a seguinte equação apresentada por Agresti e Finlay (2009):

$$n = \pi (1 - \pi) \left(\frac{z}{M}\right)^2$$

Onde n é o número de pessoas entrevistadas; π é a proporção da população; z é o valor da distribuição normal associado ao nível de confiança e M é a margem de erro. No cálculo da equação foram adotados os seguintes valores para as variáveis: proporção (π) igual a 50%, pois resulta numa amostra maior e mais segura; nível de confiança (z) de 95% e margem de erro (M) igual a 7,5%.

A população estimada para a Vila do Açú foi de 2 mil pessoas, resultando assim, no número de 158 questionários aplicados.

Material

Durante a realização da pesquisa foram adotados instrumentos usuais a esse tipo de trabalho, tais como computador portátil provido dos *softwares* necessários, impressora multifuncional colorida, máquina fotográfica e os questionários de pesquisa.

Para os deslocamentos de campo, utilizou-se tanto o automóvel da instituição, como automóveis particulares, acompanhado pelo professor orientador da pesquisa e/ou demais pesquisadores do Núcleo de Estudos em Estratégias e Desenvolvido do Instituto Federal Fluminense (NEED).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico serão analisados os resultados de vinte questões aplicadas, que foram separadas em quatro partes para melhor compreensão. Conforme exposto anteriormente, alguns resultados serão comparados com pesquisas finalizadas, já outros trarão novas questões para o debate.

O objetivo das perguntas foi compreender as transformações territoriais e socioambientais oriundas do processo de conversão do uso terra a partir da implantação do CLIPA.

Perfil dos entrevistados

O estudo do perfil dos entrevistados teve por finalidade conhecer a população de moradores e frequentadores de Barra do Açú quanto ao sexo, idade, tempo que mora e/ou frequenta a praia, assim como o local de origem.

Dentre os 158 entrevistados, a maioria foi do sexo feminino (Tabela 1). Quanto a idade, 22% possuía entre 51 e 60 anos, seguidos daqueles entre 21 e 30 anos, conforme mostra a Tabela 2. Ainda é possível notar que a população entrevistada encontrava-se equilibrada entre aqueles que possuíam até 50 anos e os ultrapassaram a referida idade.

Tabela 1 - Sexo dos entrevistados.

Respostas	f	%
Feminino	81	51%
Masculino	77	49%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Tabela 2 — Idade dos entrevistados.

Respostas	f	%
15 a 20	15	9%
21 a 30	25	16%
31 a 40	21	13%
41 a 50	22	14%
51 a 60	35	22%
61 a 70	23	15%
71 a 80	13	8%
81 a 85	4	3%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Sobre o local de origem, 66% afirmaram ser de outra localidade e 54% afirmaram ser da própria comunidade de Barra do Açu (Tabela 3). Os locais de origem mais citados foram Campos dos Goytacazes, Azeitona, Marrecas, Água Preta, Sabonete, São João da Barra e Cazumbá (Tabela 4). Dentro das 26 respostas dadas, observou-se também grande parte das comunidades rurais do 5º Distrito do município de São João da Barra e até mesmo outras cidades como Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaperuna, São Fidélis e Saquarema.

Tabela 3 — Origem dos moradores e frequentadores de Barra do Açu.

Você é natural do Açu ou de outra localidade?		
Respostas	f	%
Outra localidade	104	66%
Açu	54	34%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Tabela 4 — Localidades dos entrevistados.

Qual outra localidade?		
Respostas	f	%
Campos	23	22%
Azeitona	8	8%
Marrecas	7	7%
Água Preta	5	5%
Sabonete	5	5%
São João da Barra	5	5%
Cazumbá	4	4%
Outros	33	32%
Não informado	14	13%
TOTAL	104	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Quanto ao tempo que os entrevistados moram e/ou frequentam Barra do Açu, a maioria o faz por mais de 50 anos (Tabela 5). Este resultado reflete o momento de indefinição

em que se encontravam as obras de construção do porto durante os meses das entrevistas. Nas idas a campo e através das informações não oficiais passadas pela própria população a sites e blogs, eram constantes os relatos de demissões e diminuição no ritmo dos investimentos devido a crise nas empresas de Eike Batista. O resultado deste processo foi a fuga de trabalhadores que estavam acomodados em casas e pousadas alugadas, assim como nos alojamentos construídos pelas empresas prestadoras de serviço.

Tabela 5 — Tempo de residência e/ou veraneio em Barra do Açu.

Respostas	f	%
Até 5 anos	16	10%
6 a 10 anos	13	8%
11 a 20 anos	28	18%
21 a 30 anos	26	16%
31 a 40 anos	22	14%
41 a 50 anos	12	8%
Mais de 50 anos	41	26%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Percepção da população de Barra do Açu acerca das transformações territoriais e socioambientais que ocorreram entre os anos de 1994 e 2014

Nesta parte dos resultados serão apresentados tanto os dados comparativos com a pesquisa desenvolvida por Monteiro (1996), como a atual percepção da população frente às mudanças territoriais e socioambientais que acontecem no entorno do CLIPA.

Em 1994, quando perguntados sobre os principais impactos que viriam a acontecer em Barra do Açu, os entrevistados listaram, principalmente, investimentos que deveriam ser realizados em obras de infraestrutura como asfalto, iluminação pública, água encanada, construção de praça, hospital, posto policial, cinema e clube, escolas e a implantação de um sistema de telefonia. Conforme observado na Tabela 6, os principais anseios dos moradores concretizaram-se nos anos seguintes, exceto a construção da praça pública, cinema e clube. Embora não esteja entre as principais respostas da pesquisa atual, cabe ressaltar que o poder público, associado aos investidores do complexo portuário, investiram no fornecimento de água potável encanada para a localidade de Barra do Açu e demais comunidades do 5º Distrito são-joanense.

Tabela 6 — Comparação entre a expectativa da população em 1994 e as mudanças observadas nos últimos 10 anos.

#	Expectativas em 1994	%	Mudanças ocorridas entre 1994 e 2014	%
1	Asfalto nas ruas	18%	Estradas asfaltadas	17%
2	Melhoras nas condições atuais	13%	Serviços de saúde	12%
3	Hospital e assistência médica	13%	Nenhuma mudança	11%
4	Iluminação pública	10%	Calçamento de ruas	7%
5	Água encanada	6%	Construção de escola e creche	6%
6	Banco e novos comércios	4%	Construção do porto	6%
7	Construção de praça pública	4%	Construção de casas	5%
8	Posto policial	4%	Novos comércios	5%
9	Construção de cinema e clube	4%	Mais empregos	4%
10	Construção de escolas	3%	Telefonia e internet	4%
11	Rede de telefonia	2%	Aumento da violência	4%
12	Outras respostas	19%	Outras respostas	19%
	TOTAL	100%	TOTAL	100%

Fonte: Autoria própria com dados de MONTEIRO, 1996.

Nas idas a campo foi possível observar ainda, outra série de obras realizadas pelo poder público em Barra do Açú, tais como: academia popular, campo de futebol gramado, rede de drenagem em algumas ruas, cerca de trinta casas populares do programa de habitação federal Minha Casa Minha Vida, capela mortuária, expansão da rede elétrica e a implantação do sistema municipal de transporte público. Outros investimentos encontravam-se paralisados ou abandonados, como o terminal rodoviário, a ampliação da escola municipal e o novo posto de saúde.

Ainda que o poder público e os investidores do complexo portuário tenham destinado recursos para obras na região, foi perguntado aos entrevistados sobre o que poderia ser feito para manter ou melhorar a qualidade de vida no local. As principais respostas, entre as 10 mais citadas, foram relacionadas à infraestrutura, como melhoria das ruas, construção de praça, saneamento básico e melhor fornecimento de energia elétrica. Destacam-se ainda o anseio por investimentos em saúde pública e segurança, instalação de serviços bancários e mais oportunidades de qualificação para a população local (Tabela 7).

Tabela 7 — Carências da população de Barra do Açu.

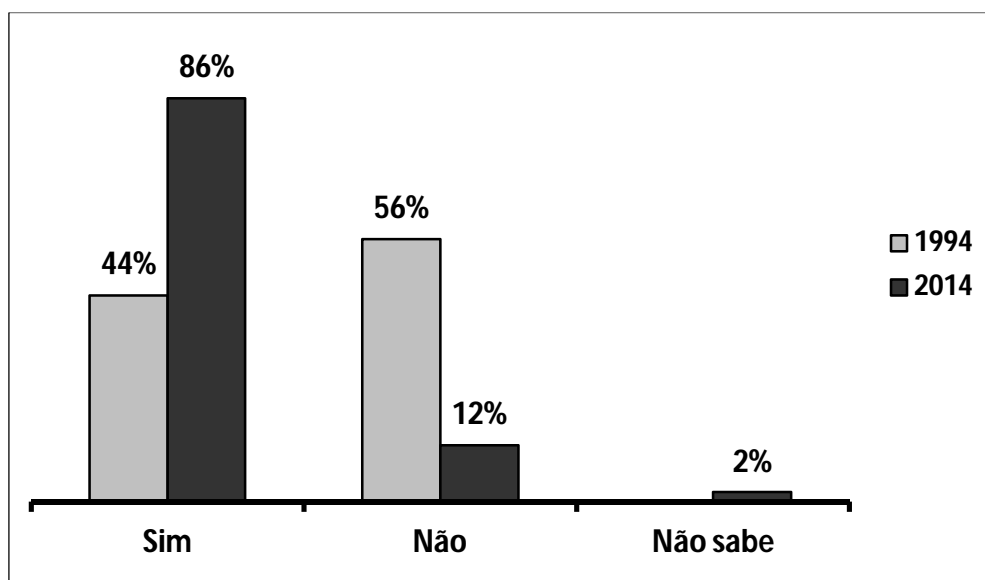
Respostas	f	%
Investimentos em saúde	63	21%
Aumento na segurança pública	23	8%
Melhoria na educação	23	8%
Instalação de serviços bancários	21	7%
Melhoria das ruas	18	6%
Obras de infraestrutura geral	18	6%

Construção de praça	17	6%
Saneamento básico	14	5%
Melhoria na energia elétrica	13	4%
Qualificar a população	12	4%
Outras respostas	82	27%
	30	100
TOTAL	4	%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Desde o início da ocupação da região, os habitantes estiveram envolvidos com o ambiente da restinga e seus alagadiços, formados por brejos, canais e lagoas. Ao se abordarem as variáveis ambientais na pesquisa, foi perguntado aos entrevistados sobre a importância dos corpos hídricos para a região, e se os mesmos deveriam ser preservados. Os resultados obtidos mostram uma mudança no posicionamento da população quanto à relação com o ambiente natural. Se em 1994 a maioria dos entrevistados era contra a preservação, atualmente acontece o contrário, pois 86% mostrou-se a favor. Este resultado fica ainda mais claro ao analisarmos o Gráfico 1.

Gráfico 1 — Opinião da população quanto à preservação dos corpos hídricos.



Fonte: Autoria própria com dados de MONTEIRO, 1996.

Na pesquisa desenvolvida por Monteiro (1996), foi possível identificar que o processo de parcelamento do solo pelos promotores imobiliários não respeitou o ambiente natural, tão

pouco o sistema de drenagem (Figura 12). Sendo assim, esta mudança no perfil dos entrevistados pode ser explicada devido aos constantes problemas de alagamento registrados na comunidade. A água que anteriormente escoava para os brejos, canais e lagoas, agora fica represada nas ruas por vários dias, já que os principais trechos e ligações entre eles foram aterrados para a construção de imóveis. Somente agora parte da população reconhece os danos causados por esse processo e valoriza as partes remanescentes do sistema natural de drenagem.

Figura 12 — Residência construída em área alagadiça aterrada.



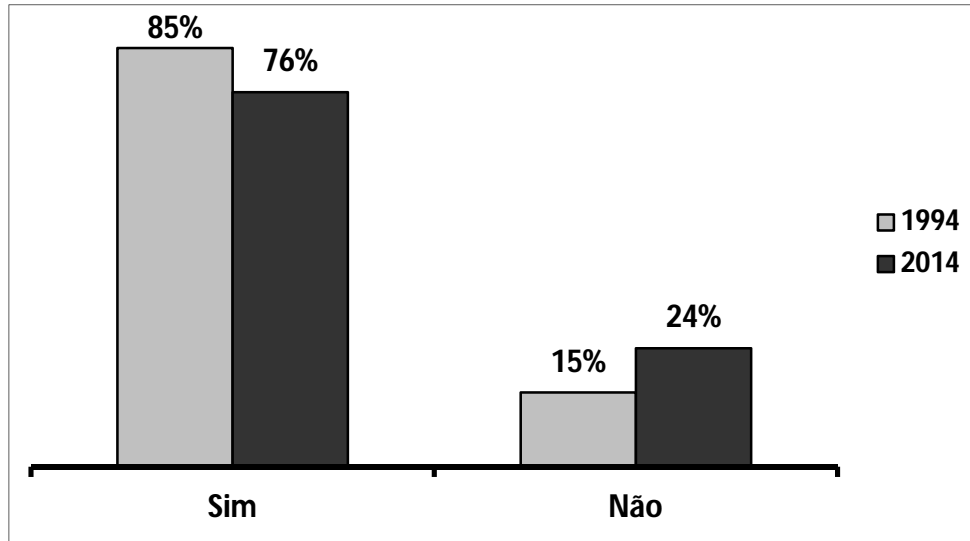
Fonte: MONTEIRO, 1996.

Sobre as justificativas utilizadas por aqueles que defendem a preservação, em ambos os períodos a principal afirmativa foi a preservação da natureza. Os que tinham posição contrária à manutenção dos corpos hídricos em 1994, sinalizavam que os mesmos deveriam ser aterrados para a construção de residências, cultura esta que explica o atual estado em que encontraram-se os brejos, lagoas e canais. Atualmente, a maioria que é contra a preservação afirma que tais remanescentes hídricos servem de depósito para lixo.

Mesmo diante de uma pauta de reivindicações e carências, a maioria dos entrevistados continuam acreditando que Barra do Açu é um local adequado para morar. O Gráfico 2 mostra que historicamente este perfil otimista da população se manteve, embora nos dias de hoje apresente-se mais baixo do que em 1994. Tal queda pode ser explicada tanto pelo aumento populacional, que trouxe até a localidade moradores de outras regiões mais

estruturadas, quanto ao fato da população mostrar-se cada vez mais exigente em relação as responsabilidades do poder público diante dos desafios impostos pela implantação do CLIPA.

Gráfico 2 — Considera Barra do Açu um local adequado para morar?



Fonte: Autoria própria com dados de MONTEIRO, 1996.

Após registrar as expectativas e anseios da população, foi perguntado aos moradores como eles imaginam o local daqui a 10 anos, com as obras do porto já consolidadas e novas transformações em andamento. Diante do questionamento, a maioria afirmou que o local estará melhor, depositando assim esperança diante das mudanças que ocorrerão (Tabela 8).

Tabela 8 — Expectativa da população para os próximos 10 anos.

Como imagina o Açu daqui a 10 anos?		
Respostas	f	%
Melhor	85	54%
Pior	49	31%
Do mesmo jeito	12	8%
Não sabe	12	8%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Percepção da população de Barra do Açu frente aos impactos causados pela implantação do CLIPA

A partir deste ponto serão discutidos os dados referente a percepção dos entrevistados quanto as obras de construção do complexo portuário e seus impactos locais. Quando possível, os resultados obtidos serão comparados com a pesquisa desenvolvida por Rangel (2013).

Levando em consideração o estágio avançado das obras do porto e a previsão de início das operações de transporte de minério, foi perguntado aos entrevistados como os mesmos avaliavam a implantação do porto para a região, utilizando uma escala de ótimo até indiferente. A maioria assinalou, com pequena vantagem, a opção regular, seguida de bom e ótimo (Tabela 9). Observa-se ainda, que quando somadas as opções favoráveis (ótimo e bom), a aprovação do empreendimento atinge índice de 47%, inferior aos 65% registrados pela pesquisa de Rangel (2013).

A diminuição no nível de aprovação pode ser explicada devido a lista de pontos negativos enumerados pela população. Destaca-se entre os moradores a atual preocupação com a violência, antes rara na comunidade (Tabela 10). Foram registrados inúmeros relatos sobre tráfico de drogas, roubos, furtos e prostituição, segundo os entrevistados tais crimes são atribuídos ao aumento populacional e a melhora na renda dos habitantes.

Tabela 9 — Avaliação do Porto do Açu.

Respostas	f	%
Ótimo	22	14%
Bom	52	33%
Regular	54	34%
Ruim	8	5%
Péssimo	10	6%
Indiferente	12	8%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Tabela 10 — Pontos negativos da implantação do porto.

Respostas	f	%
Violência	63	31%
Desapropriações	30	15%
Nenhum ponto negativo	23	11%
Pessoas de fora	12	6%
Poluição do meio ambiente	18	9%
Outras respostas	56	28%
TOTAL	202	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Mesmo diante da queda na aprovação das obras e os pontos negativos apresentados, a construção do CLIPA ainda gera enormes expectativas na população. De acordo com a Tabela 11, os principais pontos positivos são a geração de empregos, as estradas asfaltadas, o

aumento na renda dos habitantes e o desenvolvimento de toda região. A pesquisa agora realizada, reflete os mesmos pontos positivos apresentados por Rangel (2013).

Cabe ressaltar, que embora a geração de empregos seja o ponto positivo mais citado nas entrevistas, a maior parte dos moradores do local não possuíam ou nunca possuíam membros da família trabalhando nas obras de implantação do complexo (Tabela 12). A falta de qualificação da população local abriu margem para as empresas contratarem trabalhadores de outras regiões, conforme relatos dos moradores.

Tabela 11 — Pontos positivos da implantação do porto.

Respostas	f	%
Geração de empregos	101	53%
Nenhum ponto positivo	26	14%
Estradas asfaltadas	10	5%
Aumento na renda	9	5%
Desenvolvimento da região	9	5%
Outras respostas	34	18%
TOTAL	189	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Tabela 12 — Trabalhadores locais nas obras do porto.

Na sua família há alguma pessoa que trabalha ou trabalhou na construção do porto?		
Respostas	f	%
Sim	71	45%
Não	87	55%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

A respeito dos impactos ambientais, a maioria dos entrevistados relatou conhecer algum impacto que esteja afetando a comunidade (Tabela 13). O exemplo mais citado foi o processo de avanço do mar e erosão na praia, seguido da salinização dos reservatórios naturais de água doce, o desmatamento de partes da restinga e o aterro de brejos (Tabela 14). Observa-se assim, que a população continua identificando os impactos ambientais que ocorrem na região, e que a salinização descrita por Rangel (2013), deu lugar à preocupação com o avanço do mar e a erosão costeira.

Tabela 13 — Percepção de impactos ambientais na região.

Na sua percepção, estão ocorrendo impactos ambientais em Barra do Açu e seu entorno?		
Respostas	f	%
Sim	104	66%
Não	38	24%
Não sabe	16	10%
TOTAL	158	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Tabela 14 — Descrição dos impactos ambientais.

Se sim, quais são esses impactos ambientais?		
Respostas	f	%
Avanço do mar	35	23%
Salinização	28	19%
Desmatamento	22	15%
Não sabe	9	6%
Aterro de brejos	9	6%
Outras respostas	46	31%
TOTAL	149	100%

Fonte: Autoria própria, 2014.

Sobre a repercussão dos impactos envolvendo o avanço do mar e a erosão (Figuras 13 e 14), ainda não há posicionamento oficial dos órgãos responsáveis sobre a responsabilidade das obras neste processo. A empresa Prumo Logística nega tais responsabilidades, segundo notícias veiculadas na imprensa local.

Figura 13 — Barra do Açu em janeiro de 2013.

Fonte: Blog do Pedlowski, 2014.

Figura 14 — Barra do Açu em novembro de 2014.



Fonte: Blog do Pedlowski, 2014.

Diante dos resultados apresentados nesta seção, percebe-se a importância da aplicação dos questionários junto à população afetada pelas obras do complexo. Os relatos passados são relevantes fontes de pesquisa, e tornam-se necessários para avaliar os desdobramentos territoriais e socioambientais que sucedem-se na região.

CONCLUSÃO

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, torna-se possível afirmar que o município de São João da Barra apresenta uma divisão territorial descentralizada, marcada pela marcha e contramarcha dos ciclos econômicos. Destacam-se a atividade portuária no Distrito Sede, a agricultura em Cajueiro, Pipeiras e Barcelos, e a especulação imobiliária em Atafona e Grussaí. Durante os anos de estagnação econômica, a ligação e interação entre tais partes do território foi pouco estimulada pelo poder público.

A partir do levantamento histórico da localidade de Barra do Açu, foi possível estabelecer três temporalidades quanto ao uso da terra na região em estudo. São elas: 1^a) a fixação dos pioneiros, homens livres e beneditinos, e a agricultura de subsistência; 2^a) o

processo de parcelamento do solo para fins de segunda residência, inicialmente praticado pelos proprietários rurais e posteriormente pelas empresas imobiliárias; e 3º) a transformação das propriedades rurais para fins industriais, conforme as demandas exigidas pelo CLIPA.

Desde o início das tratativas para a implantação do complexo portuário, iniciadas em 1999, ocorreram uma série de mudanças no perfil do empreendimento. A primeira versão do projeto contemplava o interesse do estado pela construção de uma base *offshore* para uso da Petrobrás. Com a recusa da estatal, direcionam-se os esforços para a criação de um porto exportador de minério de ferro, fato este não concretizado. Quando o Grupo EBX passa a ser o coordenador do projeto, surge a proposta de um porto associado a um distrito industrial. Diante da crise na *holding* EBX, da troca de acionistas e da instalação de multinacionais no complexo, observa-se que o CLIPA retorna a seu escopo inicial, um porto de apoio às atividades *offshore*.

Durante as mudanças relatadas anteriormente, a população local mostrou-se como importante fonte de pesquisa. As transformações territoriais e socioambientais ocorridas nos últimos dez anos foram registradas através da aplicação dos questionários, cujos resultados apontaram que o poder público investiu na solução das principais carências identificadas em 1994, porém a implantação do porto originou novas demandas que ainda aguardam por solução.

Apesar da queda no índice de aprovação das obras do complexo, a população acredita que os empregos gerados pelas empresas são o principal ponto positivo, embora os moradores locais tenham poucas chances no preenchimento das vagas que exigem maior qualificação. A preocupação com a violência também é uma constante no entorno do empreendimento e colabora para a desaprovação do mesmo.

Quanto à percepção ambiental, foi verificado que a maioria dos entrevistados valorizam os corpos hídricos remanescentes de Barra do Açu, após anos de degradação através de aterramentos e descarte de lixo e esgoto. Para os moradores, a construção do CLIPA causa impactos ambientais na região, sendo o avanço do mar e a salinização da água os mais citados.

Mesmo diante de grandes transformações, a população continua acreditando que Barra do Açu é um local adequado para morar e depositam otimismo para os próximos dez anos. Neste sentido, faz-se necessário incorporar as demandas dos moradores para que as mudanças futuras impliquem no menor impacto possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Statistical Methods for the Social Sciences**. Pearson/Prentice Hall, 2009.

BBC BRASIL. "**Império X**" enfrenta suas vítimas na justiça. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/08/130801_eike_processos_ru.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2013.

CARVALHO, Lívia Silva de; QUINTO Jr., Luiz de Pinedo; LIMA, Dayane Machado. **O Porto do Açú no contexto da reestruturação espacial**. Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre-RS, 2010.

COUTINHO, Roger Rangel. **Avaliação das transformações socioambientais oriundas da implantação do Complexo Portuário Industrial do Açú**. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Ambiental). IFF. Campos dos Goytacazes, 2009.

ECOLOGUS Engenharia Consultiva Ltda.; AGRAR Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda. **Estudo de impacto ambiental - EIA, das infraestruturas do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB)**. Rio de Janeiro, 2011.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. P. 11-31.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LUBATTI, Maria Rita da Silva. **O folclore na vivência atual de Açú, Marreca e Quixaba (Campos, RJ)**. São Paulo: Livramento, 1979.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes. **Acesso a terra urbana em área de veraneio: análise da produção do espaço na Praia do Açú/RJ**. Dissertação de Mestrado (Planejamento Urbano). UNB. Brasília, 1996.

MORENO, Felipe. **Eike, a derrocada do homem mais rico do Brasil**. São Paulo: Matrix, 2014.

OSCAR, João. **Apontamentos para a história de São João da Barra**. Teresópolis: Mini Gráfica Editora, 1976.

PESSANHA, Roberto Moraes; FILHO, Hélio Gomes; QUINTO JR., Luiz de Pinedo. **Complexo Logístico Industrial Porto do Açú: o Midas tentando renascer no Norte Fluminense**. XV ENANPUR - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Recife-PE, 2013.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BARRA; TECNORTE; FENORTE; IFF; CNPQ. **Diagnóstico do Plano Diretor Participativo de São João da Barra**. Campos dos Goytacazes, 2006.

QUINTO Jr., Luiz de Pinedo; FARIA, Teresa Peixoto; CARVALHO, Livia Silva de Carvalho. **Implantação de um Complexo Industrial Portuário: o caso do Porto do Açú**. Agenda Social. Campos dos Goytacazes, 2011.

RANGEL, Larissa Carneiro. **O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú e os impactos no sistema de drenagem e na estruturação urbana da região Norte-Fluminense**. Dissertação de Mestrado (Engenharia Ambiental). IFF. Campos dos Goytacazes, 2013.

RODRIGUES, Luana do Amaral. **Os impactos sócio-territoriais do processo de implantação do Complexo Portuário do Açú: a questão das desapropriações de terras no 5º distrito do município de São João da Barra**. IFF. Campos dos Goytacazes, 2012.

TERRA, Fábio Henrique Bittes; FERRARI FILHO, Fernando. **As políticas econômicas em Keynes: reflexões para a economia brasileira no período de 1995-2011**. 40º Encontro Nacional de Economia. Porto de Galinhas-PE, 2012.

VICTER, Wagner. **Porto do Açu.** 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/wagner/posts/2010/04/14/porto-do-acu-283776.asp>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **São João da Barra-RJ**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfilwindow.php?nomemun=S%20Jo%20da%20Barra&codmun=330500&r=1>. Acesso em: 09 jan. 2013.

SOUZA, Thaís Nacif de. **Avaliação dos impactos causados pela implantação do Complexo Portuário do Açú sobre as atividades de pesca artesanal marinha na região Norte Fluminense**. Dissertação de Mestrado (Engenharia Ambiental). IFF. Campos dos Goytacazes, 2010.

APÊNDICE

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS DO NORTE
FLUMINENSE: DAS USINAS DE AÇÚCAR AO COMPLEXO LOGÍSTICO
INDUSTRIAL DO PORTO DO AÇU**

**PARTE 1
PERCEPÇÃO AMBIENTAL**

1.1. Sexo do entrevistado:

- Masculino Feminino

1.2. Data:

1.3. Idade do entrevistado:

1.4. Na sua família, há alguma pessoa que trabalha ou trabalhou na construção do porto?

- Sim Não

1.5. Você é natural do Açú ou de outra localidade? Qual?

- Açú Outra localidade:

1.6. Há quanto tempo você mora ou frequenta o Açú?

1.7. Quando precisa de prestação de serviços especializados, recorre a qual localidade?

- São João da Barra - Sede Outro:
 Campos

1.8. Nos últimos 10 anos, quais foram as principais mudanças que ocorreram no Açú?

1.9. Como imagina o Açú daqui a 10 anos?

- Melhor Mesmo jeito
 Pior Não sabe

1.10. O quê o Poder Público poderia fazer para manter ou melhorar as condições de vida no Açú?

1.11. Você sabe que aqui na região temos muitas lagoas, brejos e canais. De acordo com seu ponto de vista, eles deveriam ser preservados? Por quê?

Sim Não

1.12. Como você avalia a implantação do Porto do Açú para a região?

Ótimo Ruim
 Bom Péssimo
 Regular Indiferente

1.13. Quais são os pontos positivos da implantação do porto?

1.14. Quais são os pontos negativos da implantação do porto?

1.15. Na sua percepção, estão ocorrendo impactos ambientais na Vila do Açú e seu entorno?

Sim Não Não sei

1.16. Se sim, quais são esses impactos ambientais?

1.17. Considera o Açú um local adequado para morar?

Sim Não

PARTE 2

RELAÇÃO ENTRE BARRA DO AÇU E USINA SANTO AMARO

1. Você trabalhou na Usina Santo Amaro (Cia. Agrícola Baixa Grande) ?

Sim (continuar perguntas seguintes) Não (passar para a pergunta 3.5)

1.1. Por quanto tempo? Se possível diga o período de ano a ano.

1.2. Qual função desempenhava?

1.3. Após a falência da usina, você desenvolveu qual atividade de trabalho?

1.4. Conhece alguém da região que trabalhou na usina?

Sim

Não

1.5. Você tem parentes ou amigos que moram em Baixa Grande?

Sim

Não

1.6. Como você avalia a importância da Usina Santo Amaro para a região do Açu?

Importante

Sem importância

Não sabe